

**CAROLINE CASTRO**

**CRITÉRIOS DE ESCOLHA NA PRIORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS  
BENEFICIADOS PELO PROGRAMA FOME ZERO**

**Monografia apresentada para a obtenção  
do Título de Bacharel em Ciências  
Econômicas, Setor de Ciências Sociais  
Aplicadas, Universidade Federal do  
Paraná.**

Orientador: Prof. Cássio Frederico Camargo Rolim.

**CURITIBA  
2003**

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Meu especial agradecimento ao professor Orientador Cássio Camargo Frederico Rolim pela revisão de estudos e sugestões no direcionamento deste trabalho.

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	7
RESUMO.....	9
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. A POBREZA E A SUA MEDIDA.....</b>	<b>11</b>
2.1 FOME, POBREZA, DESNUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR.....	11
2.2 DIFICULDADES DE CALCULAR O NÚMERO DE PESSOAS SUJEITAS A PROBLEMAS ALIMENTARES NO BRASIL.....	13
2.3 METODOLOGIAS DE CÁLCULO DE PESSOAS QUE NÃO DISPÕEM DE UMA ALIMENTAÇÃO NECESSÁRIA.....	15
<b>3. FOME ZERO.....</b>	<b>18</b>
3.1 O PROGRAMA FOME ZERO.....	18
3.2. METODOLOGIA DE CÁLCULO DO PÚBLICO-ALVO PARA O PROGRAMA FOME ZERO.....	22
3.3 COMENTÁRIOS SOBRE OS CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DE ESCOLHA DOS MUNICÍPIOS.....	27
3.3.1 Municípios em situação de emergência decretada por causa da seca.....	28
3.3.2 Municípios localizados no semi-árido.....	31
3.3.3 Municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.....	33
3.3.4 Municípios com ação ligada ao combate á fome.....	36
3.3.5 Municípios em que suas prefeituras entraram em contato com MESA.....	38
3.3.6 Municípios com menos de 50 mil habitantes.....	38
3.4 ESCOLHA DE REGIÕES COM A PRESENÇA DE GRUPOS ESPECÍFICOS.....	39
3.4.1 Grupos acampados que esperam a reforma agrária.....	39
3.4.2 Comunidades indígenas.....	40
3.4.3 Comunidades quilombas.....	41
3.4.4 População residente em lixões.....	41

<b>4.</b>	<b>CRITÉRIOS ALTERNATIVOS PARA A SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS.....</b>	<b>42</b>
<b>4.1</b>	<b>INDICADORES.....</b>	<b>42</b>
<b>4.1.1.</b>	<b>Índice de Exclusão Social.....</b>	<b>42</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Índice de Condições de Vida.....</b>	<b>46</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Índice de Nível De Vida.....</b>	<b>47</b>
<b>4.2</b>	<b>COMPARAÇÃO DE CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS MUNICÍPIOS.....</b>	<b>49</b>
<b>4.3</b>	<b>COMPARAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DAS FAMÍLIAS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS COM OUTROS QUE PODERIAM SER UTILIZADOS.....</b>	<b>52</b>
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>
<b>7.</b>	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>70</b>
<b>8.</b>	<b>ANEXO.....</b>	<b>73</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA	1 – LINHA DE POBREZA BASEADA NA RENDA MÉDIA FAMILIAR PER CAPITA DE US\$ 1,08 DIÁRIOS : BRASIL, 1999. ....	24
MAPA	1 – MAPA DA REGIÃO SEMI-ÁRIDA.....	31
GRAFICO	1 – CURVA DE ROSSO.....	56
TABELA	2 – MAPA DE PAGAMENTO MENSAL: MUNICÍPIOS.....	71
TABELA	3 – MAPA DE PAGAMENTO MENSAL: FAMÍLIAS.....	72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MESA	- Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FAO	- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAT	- Programa de Amparo ao Trabalhador
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
TACE	- Taxa de Adequação do Consumo Energético
IMC	- Índice de Massa Corpórea
INAN	- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
OMS	- Organização Mundial da Saúde
Endef	- Estudo Nacional da Despesa Familiar
POF	- Pesquisa de Orçamentos Familiares
SNIPC	- Sistema Nacional de Índices de Preços do Consumidor
PPC	- Paridade Poder de Compra
PPP	- Paridade Poder de Compra expressa em dólares
PPV	- Pesquisa sobre Padrões de Vida
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
PCA	- Programa Cartão Alimentação
ASA	- Articulação do Semi-árido
Febraban	- Federação Brasileira de Bancos
ANA	- Agência Nacional de Águas
PNUD	- Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
P1MC	- Programa 1 Milhão de Cisternas
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
IDH-M	- Índice Municipal de Desenvolvimento Humano

DLIS - Desenvolvimento Local integrado Sustentável  
PDIN - Pólos de Desenvolvimento Integrado no Nordeste  
PCPR - Programas de Combate a Pobreza  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
Funasa - Fundação Nacional de Saúde  
PRATO - Programa de Ação Todos  
IES - Índice de Exclusão Social  
ICV - Índice de Condições De Vida  
FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais  
RFPC - Renda familiar per capita  
INV - Índice de Nível De Vida  
MAS - Ministério da Assistência Social

## RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é a análise dos critérios de escolha dos municípios a serem beneficiados pelo Programa Fome Zero para o recebimento do cartão alimentação na primeira fase do Programa, finalizada em abril de 2003. Esta análise foi feita com enfoque crítico, visando à escolha de outros critérios pertinentes ou a substituição dos existentes.

Com relação ao problema da pobreza, está presente uma breve explanação sobre a sua medida, bem como alguns conceitos relacionados à mesma e a problemas alimentares. Além disso, foi feito um breve comentário sobre a dificuldade da mensuração da população que se alimenta inadequadamente e formas existentes para medi-las. Com relação ao Programa Fome Zero, esta presente uma breve descrição do programa e metodologia de escolha do público alvo beneficiário. Posteriormente, foi descrito, detalhado e analisado cada critério utilizado para a priorização dos municípios beneficiados pelo programa, incluindo a comparação dos mesmos com outros que poderiam substituí-los. Para finalizar, foi feita a comparação dos critérios utilizados para escolher as famílias beneficiadas com outros que poderiam ser utilizados. Este trabalho expõe a polêmica com relação à medição da fome, e permite a análise de alguns indicadores e a sua eficácia no cálculo para escolher municípios com maior ocorrência de insegurança alimentar. Esta trabalho se faz necessário para a maior eficácia do Programa Fome Zero, diante do dispêndio destinado para as suas ações. Esta pesquisa apóia-se em publicações relacionadas com fome e pobreza, além de documentos desenvolvidos para o Programa Fome Zero e trabalhos sobre o Programa.

Palavras-chaves: Programa Fome Zero; priorização de municípios no Fome zero; seleção de famílias para o Fome Zero; indicadores de fome, desnutrição e pobreza.

## INTRODUÇÃO

Diante da atual crise econômica presente no Brasil, a implementação do Programa Fome Zero, carro chefe do governo Lula, está gerando diversas polemias com relação à priorização da implantação do Programa frente a políticas econômicas. Tal fato é justificado pelo orçamento de R\$ 1,8 bilhão em 2003 para o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA).

A discussão envolve a garantia da solução dos problemas de alimentação presentes em várias famílias brasileiras com a restrição orçamentária do governo e outras prioridades nacionais.

Já que o Programa foi implementado, se faz presente à necessidade de verificar se a metodologia utilizada para definir os municípios que serão beneficiados pelo Programa é eficaz, para que o orçamento destinado seja bem utilizado.

Para o Programa Fome Zero foi necessário estimar o número de pessoas sujeitas a problemas de má alimentação no Brasil. Para isso, o governo teve que definir uma metodologia de cálculo para estimação do público alvo do Programa.

Após definir o público alvo, restou a tarefa de priorizar os municípios brasileiros a serem beneficiados pelo programa, além de selecionar as famílias destes municípios que receberiam o cartão alimentação.

Inicialmente, será feita uma abordagem sobre os conceitos relacionados a dificuldades alimentares, além da dificuldade de calcular o número de pessoas sujeitas a problemas alimentares e as metodologias utilizadas para este fim. Posteriormente, será abordado o Programa Fome Zero, além da metodologia para delimitar o público alvo do Programa Fome Zero.

A seguir será descrito e comentado cada critério de escolha dos municípios beneficiado pelo Programa Fome Zero na sua 1º fase. Também serão relatados outros critérios de escolha que poderiam ser utilizados pelo Programa Fome Zero, além de comparações entre os critérios adotados com os sugeridos.

Para finalizar será feita uma breve descrição dos critérios utilizados para a escolha das famílias beneficiadas para o recebimento do cartão alimentação, bem como comparação com outros critérios que poderiam ser utilizados.

## 2. A POBREZA E SUA MEDIDA

### 2.1 FOME, POBREZA, DESNUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR

Os conceitos fome, pobreza, desnutrição e segurança alimentar podem, a primeira vista, se confundir mas não tem o mesmo significado. A pobreza ocorre quando a renda auferida não é suficiente para garantir as necessidades básicas como alimentação, vestuário, habitação, educação, cuidados com a saúde, entre outros. (SILVA, J. G., TAKAGI, M., DEL GROSSI, M., 2001, p.15)

Já a fome é decorrente de uma alimentação diária que não propicia a energia necessária para o organismo humano executar suas atividades; enquanto a desnutrição é originada pela falta de energia e nutrientes ou por doenças que causam o mau aproveitamento dos alimentos pelo organismo, diagnosticadas por sinais clínicos, como por exemplo, a baixa estatura. (SILVA, J. G., TAKAGI, M., DEL GROSSI, M., 2001, p.15)

O último conceito a ser comentado é a segurança alimentar, que é o foco do Programa Fome Zero. Este se refere ao acesso a alimentação adequada à sobrevivência e saúde em termos de quantidade, qualidade e regularidade. (BELICK, W., 2003, p. 25)

Segundo VICTORA, C. G. (2003) em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, a fome é rara, desnutrição é intermediária, e pobreza é comum. A fome é uma sensação provocada pela ingestão de uma quantidade insuficiente de alimentos. A desnutrição apresenta sinais clínicos como a baixa estatura, o que não quer dizer que a pessoa passe fome, mas se alimente inadequadamente com a falta de proteínas e micronutrientes necessários.

O fato de uma pessoa ser pobre não quer dizer que a mesma passe fome, pois a alimentação é somente uma das necessidades básicas. Há pessoas que disponibilizam de renda para se alimentarem, mas não se alimentam de forma adequada e balanceada, causando problemas gerados pela má alimentação.

Com a descrição destes conceitos verifica-se a importância destes para a compreensão deste texto. Na seqüência será abordado sobre a dificuldade de obter o número de pessoas sujeitas a problemas alimentares no Brasil.

## 2.2 DIFICULDADES DE CALCULAR O NÚMERO DE PESSOAS SUJEITAS A PROBLEMAS ALIMENTARES NO BRASIL

No Lançamento do Programa Fome Zero (2003) foi anunciado que 1,5 milhão de famílias de 959 municípios seriam beneficiadas com o Programa até o final do mesmo ano. (NATALI, J. B., 2003)

A dificuldade inicial foi definir o público alvo do Programa Fome Zero, pois não há um indicador preciso que indique as pessoas que se alimentem de forma inadequada. Muitos pesquisadores tem relacionado o número de pessoas que se alimentam adequadamente com a renda disponível. No cálculo destes números há uma enorme discrepância; segundo o Mapa da Fome (1993) são 30 milhões; já segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV) são 50 milhões; e 54 milhões segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (SILVA; BELICK; TAKAGI, s.d., p.8.).

Associar desnutrição à renda pode causar distorções, já que não se utilizam dados nutricionais no cálculo da pobreza. O fato de se definir como indigente a população que não consegue uma renda mínima para ter alimentação necessária, subestima o tamanho da fome. (ROCHA, S., 2003, p.174)

Segundo ADAS, M. (1996, p.38) grande parte da população pobre gasta sua renda com alimentos industrializados devido à propaganda, não só por tv e rádio, mas também por outdoors e a famosa propaganda “boca a boca”. Por esses produtos serem mais atraentes que os produtos ricos em nutrientes como arroz, feijão, frutas e legumes, entre outros, esta população gasta parte de sua baixa renda com produtos industrializados gerando problemas de má alimentação.

Segundo ROCHA (2003, p.27) a abrangência do elemento pobreza e suas características distintas são entraves à definição de pobreza em diferentes localidades. O clima, o acesso a recursos naturais, a demografia, as diferenças entre áreas rurais e urbanas, comparações intertemporais e restrições a dados estatísticos em países pobres são entraves à definição universal da pobreza.

No Brasil, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabeleceram acordo de cooperação técnica em 11 de março deste ano para a definição de um conceito oficial de linha de pobreza, previsto no Decreto 4.564, de 01/01/2003. (MESA, 2003, p.7)

Para isso, o MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome coordenará um grupo de trabalho constituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O IBGE ficará responsável pelo fornecimento da base de indicadores que serviram para definir posteriormente os municípios beneficiados pelo Programa Fome Zero. (MESA, 2003, p.7)

Enquanto isso não ocorre, o governo adotou o conceito linha da pobreza do Banco Mundial que considera as pessoas que ganham menos de US\$ 1,08 diariamente como pessoas pobres. Foi necessário que este número fosse adaptado a realidade das famílias brasileiras através de correções metodológicas como a variação do dólar, despesas com aluguel ou casa própria. Com isso, chegou-se ao número da linha da pobreza média ponderada no Brasil de R\$ 68,48 por pessoa. (SILVA; BELICK; TAKAGI, s.d., p.9)

Com a linha da pobreza ponderada média de R\$ 68,48, junto com os dados da PNAD (2001), chegou-se à conclusão de que existiam em 1999 no Brasil 44 milhões de pessoas que ganhavam menos que um dólar por dia, ou que tinham uma renda disponível média de R\$ 38,34 ou 9,3 milhões de famílias (que possuíam uma média de 4,7 pessoas) com renda de R\$ 180,00 por mês. (SILVA; BELICK; TAKAGI, s.d., p.9)

No item a seguir, serão descritas algumas metodologias de cálculo de pessoas que não se alimentam de forma adequada.

## 2.3 METODOLOGIAS DE CÁLCULO DE PESSOAS QUE NÃO DISPÕEM DE ALIMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Para calcular o número de pessoas que não se alimentam adequadamente, existem dois métodos, o método direto e o método indireto.

Associar pobreza à desnutrição implica na utilização de métodos diretos, como o cálculo de ingestão calórica e dados antropométricos para estimar o número de pessoas que se não tem acesso a nutrientes suficientes para uma alimentação adequada.

Entre os cálculos de calorias esta a Taxa de Adequação do Consumo Energético (TACE), que possibilita a verificação da quantidade de alimentos ingeridos por uma família corresponde ao valor necessário de calorias suficiente para os seus integrantes dispor de alimentação adequada. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.4 )

Entre os dados antropométricos - indicadores de medidas físicas relacionadas a saúde e nutrição - inclui-se o Índice de Massa Corpórea (IMC). Este índice é utilizado para calcular o peso de uma pessoa em relação a sua altura. Ele é calculado pelo peso dividido pela altura ao quadrado. Um IMC de aproximadamente 17 kg/m<sup>2</sup> indica subnutrição. (GUIMARÃES, A. C., s.d.)

Segundo a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição realizada em 1989 pelo INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) e IBGE; havia naquela época, de acordo com o IMC, 13 milhões de adultos com baixo peso, concentrados no nordeste e nos grandes centros urbanos do sudeste.( PEREIRA, M. H. G., 1998)

Outro índice antropométrico é o de desnutrição infantil. Este índice é medido através do cálculo da porcentagem das crianças com retardo no crescimento infantil, ou seja, altura abaixo de um valor mínimo estabelecido para cada idade e sexo. Os parâmetros utilizados são os da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que a proporção de crianças com baixa estatura em populações saudáveis e bem-nutridas não deve ultrapassar 2% a 3%.(SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p. 6 -7)

O método indireto obtém o número de pessoas que não se alimentam de forma adequada sem utilizar os dados antropométricos. Neste tipo de metodologia calcula-se a renda mínima para ter uma alimentação necessária e obtém o número de pessoas dispõem de renda abaixo deste patamar. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.8 )

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)- utiliza como medida de segurança alimentar o consumo de quilocalorias per capita dividido pela disponibilidade de alimentos numa determinada região. Este método permite a comparação do potencial agrícola disponível para a alimentação da população de cada país. (IZIQUE, C., 2003)

Segundo a FAO, durante o período de 1996-98 o Brasil tinha a disponibilidade de 2960 kcal/pessoa/dia. Mas como as calorias disponíveis no país não são distribuídas igualmente, 10% da população é subnutrida, ou seja tem consumo médio de 1650 kcal/pessoa/dia, número inferior ao 1900 kcal/pessoa/dia, necessários para se ter uma alimentação adequada. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.8 )

Já o cálculo de linhas da pobreza permite traçar um patamar de renda associada ao custo de atendimento amplo de necessidades dos indivíduos de uma determinada população. Quando se deseja medir somente a precisão alimentar, o calculo é denominado linha de pobreza extrema. A população que tiver renda abaixo da linha é considerada pobre. Os indivíduos que não conseguem atender as necessidades mínimas estão em condições de pobreza e os que não conseguem atingir as necessidades nutricionais estão em situação de pobreza extrema.( ROCHA, 2003, p.12)

As linhas da pobreza também se dividem em linhas de pobreza absoluta e relativa. O cálculo de linha da pobreza absoluta se refere ao não atendimento de necessidades físicas mínimas. Já a linha da pobreza relativa se refere a estimar necessidades mínimas em uma sociedade; ligadas a questões de distribuição de renda e questões gerais não específicas a população pobre.( ROCHA, 2003 p.11-14)

As linhas da pobreza podem ser definidas como arbitrárias ou observadas. O método de cálculo das linhas da pobreza arbitrárias, é feito pela escolha de um valor, por exemplo US\$1,00 por dia adotado pelo Banco Mundial, ou o salário mínimo e desdobramentos no Brasil, sem garantia de que seu valor seja suficiente para suprir as necessidades básicas.(ROCHA, 2003, p.44)

Já as linhas observadas são obtidas através de pesquisa sobre o padrão de consumo de pessoas de baixa renda. As principais pesquisas realizadas foram o Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef) realizado em 1974/75 e a POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada nos anos de 1987/88 e 1995/96 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); são as principais fontes de dados para a estimação de linhas de pobreza ou indigência. (ROCHA, 2003, p.47- 48)

Para calcular as linhas de pobreza no Brasil, inicialmente são estimadas as necessidades energéticas médias para cada área, de acordo com recomendações da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). (ROCHA, 2003, p.52)

Em seguida é determinada a cesta alimentar de menor custo que atenda as necessidades básicas e comparadas com o aporte energético obtido nas cestas alimentares das famílias da região. Com isso, obtém-se o mais baixo décimo da distribuição em que as necessidades nutricionais são atendidas. (ROCHA, 2003, p.54)

A renda das famílias não é gasta somente em alimentação. Para isso, é necessário traçar a porcentagem de renda destinada ao consumo não alimentar das famílias de baixa renda. Para isso toma-se como base à renda das famílias que tem as necessidades energéticas mínimas atendidas, classificando as despesas não alimentares de acordo com seis categorias de produtos adotadas no Sistema Nacional de Índices de Preços do Consumidor (SNIPC), junto com uma classe residual. A soma do valor da cesta alimentar e consumo não alimentar é a linha da pobreza. (ROCHA, 2003, p.61-65)

ROCHA, S. (2003, p.43) defende a adoção de linhas da pobreza no Brasil afirmando que a economia brasileira é largamente monetarizada. O Brasil também dispõem de uma gama de dados úteis para a delimitação de linhas da pobreza.

Diante da exposição de diversas formas de calcular o número de pessoas em estado de insegurança alimentar e pobreza, será feita, no próximo capítulo, uma breve abordagem sobre o Programa Fome Zero.

### **3. O PROGRAMA FOME ZERO**

#### **3.1 O FOME ZERO**

O Programa Fome Zero foi desenvolvido em 2001 pelo Instituto Cidadania, órgão apartidário [1] fundado pelo atual presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. O lançamento do Programa foi dia 30 de janeiro de 2003, após o início do mandato do presidente, com o orçamento de R\$ 1,8 bilhão para o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome no primeiro ano. ([www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br))

O Programa tem como objetivo combater a fome e suas principais causas que geram a exclusão do indivíduo. Para isso, no Fome Zero estão integrados políticas estruturais - direcionadas à redistribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros - e também políticas específicas e locais, incluindo entre estas últimas, as intervenções de ordem emergencial, chamadas de políticas compensatórias. ([www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br))

[1] Apesar da fonte utilizada ([www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br)) afirmar que o Instituto Cidadania é um órgão apartidário, o mesmo tem um link presente no site do PT ([www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)).

A adoção do Programa Fome Zero foi estimulada pela quantidade de pessoas sujeitas à fome no Brasil, apesar de não haver estatísticas consensuais sobre o número de pessoas que passam fome. O governo alegou a falta de pesquisas diretas recentes para o cálculo de pessoas sujeitas à fome e utilizou o método indireto, ou seja, a renda como fator necessário para aquisição de alimentos em quantidade suficiente para suprir as necessidades calóricas. (SILVA; BELICK; TAKAGI, s.d. p.7.)

Para isso, o governo adotou um patamar de renda mínima através da qual a população não consegue ingerir alimentos em quantidade suficiente, através do ajuste da linha da pobreza de R\$ 1,08 por dia, calculada pelo Banco Mundial. (BELICK, 2003, p.18)

Calculada a linha da pobreza corrigida por região, tomou-se como base os número da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1999, atualizada pela edição de 2001 para verificar as famílias que possuem renda abaixo da linha da pobreza calculada. (BELICK, 2003, p.17)

No Brasil há uma elevada disponibilidade de alimentos, que infelizmente é má distribuída entre a população. Segundo a FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - o Brasil tem possui 2960 kcal/dia de alimentos, número que assegura uma alimentação de qualidade. Este é mais um argumento de que o problema da fome está relacionado com a falta de renda para adquiri-los. (SILVA; BELIK; TAKAGI, s.d. p.2.)

A má distribuição no Brasil, não se refere somente à distribuição de alimentos e também a distribuição de renda. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano, (2000) elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a elevada concentração de renda é verificada através do índice de Gini de 0,607.( LEMOS, J. J. S.; NUNES, E. L. L..p.2)

Segundo documento “ Para os Críticos do Fome Zero” , os autores SILVA; BELIK; TAKAGI (p.3) descrevem as causas da fome :

O Projeto Fome Zero entende que a questão da fome no país tem três dimensões fundamentais: de um lado, a insuficiência de demanda, decorrente

da concentração de renda, dos elevados níveis de desemprego e subemprego e do baixo poder aquisitivo dos salários pagos à maioria da classe trabalhadora; de outro, a incompatibilidade dos preços atuais dos alimentos com o baixo poder aquisitivo da maioria da sua população; e a terceira e não menos importante: a fome daquela parcela da população pobre excluída do mercado de alimentos, muitos dos quais trabalhadores desempregados ou subempregados, idosos, crianças e outros grupos carentes que necessitam de um atendimento emergencial.

Para garantir o compromisso do direito humano à alimentação, o Programa Fome Zero, esta composto por políticas estruturais, específicas e locais. ([www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br))

As políticas estruturais estão destinadas a combater as causas da fome e da pobreza e fome, entre eles podemos citar:

-Geração de emprego e renda: ações que promovam uma melhor distribuição de renda através do aumento do salário mínimo, primeiro emprego, reciclagem de trabalhadores, aumento do crédito para a implantação e produção de pequenas empresas, fortalecimento de agências de microcrédito solidárias. ([www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br))

-Previdência Universal: reconhecer todos os direitos previdenciários de todos que trabalham por conta própria , na cidade e no campo. ([www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br))

-Intensificação da reforma agrária: ações que promovam a distribuição de terras produtivas e colocação de ativos a juros reduzidos. ([www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br))

-Bolsa-Escola e Renda-Mínima: ações que promovam a complementação de renda através de subsídio diretos às crianças e jovens em idade escolar. Já existem programas que propiciam a complementação de renda para pessoas carentes para que os mesmos disponham de benefícios diversos. ([www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br))

-Incentivo à agricultura familiar: ações que promovam a agricultura através de políticas de crédito e seguro agrícola, apoio à agricultura local, ampliação do consumo da produção interna e incentivo às cooperativas agrícolas. ([www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br))

-Segurança e qualidade nos alimentos: ações para o controle da entrada de

produtos transgênicos no país, além da sua rotulagem com origem e risco e pesquisas sobre riscos alimentares. ([www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br))

Já as políticas específicas são destinadas às famílias que não conseguem ter diariamente uma alimentação de qualidade, entre elas podemos citar:

-Política Cartão-Alimentação: distribuição de cartões alimentações no valor de R\$ de 50,00 reais mensais para a compra de alimentos. (BELIK, W., 2003, p.41)

-Doação de cestas-básicas emergenciais: distribuição e doação de cestas básicas pela iniciativa privada. (BELIK, W., 2003, p.41.)

-Ampliação do Programa de Amparo ao Trabalhador: essa iniciativa reúne governo, empresas e trabalhadores visando disponibilizar alimentação à custo mais baixo. O PAT atende 8 milhões de trabalhadores em 80 mil empresas. Este desempenho é pouco expressivo devido ao baixo incentivo fiscal causado pelo regime de lucro presumido do SIMPLES, que veda o acesso aos benefícios fiscais do Programa de Amparo ao Trabalhador. (BELIK, W., 2003, p.42).

-Combate à desnutrição materno infantil: acompanhamento e orientação às mães e famílias com crianças com menos de um ano de idade.

-Ampliação da merenda escolar: é essencial, principalmente em localidades onde a única fonte de alimentação disponível para as crianças é a merenda escolar. (BELIK, W., 2003, p. 48)

As políticas locais estão divididas por ações nas áreas rurais, pequenas e médias cidades e regiões metropolitanas, entre elas estão:

-Nas áreas rurais: apoio à agricultura familiar e consumo próprio. (BELIK, W., 2003, p.50)

-Nas pequenas e médias cidades: bancos de alimentos, parcerias com varejistas, modernização de equipamentos de abastecimento, novo relacionamento com a rede de supermercados e agricultura urbana. (BELIK, W., 2003, p. 51)

-Nas áreas metropolitanas: restaurantes populares, bancos de alimentos, parcerias com varejistas, modernização de equipamento de abastecimento e novo relacionamento com as redes de supermercados. ([www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br))

No dia 10 de setembro de 2003, foi anunciada pelo governo a unificação dos programas sociais, simplificando os em um só cartão, sendo que todos serão considerados ações do Fome Zero. Atualmente, são quatro programas de transferência de renda que entrarão nesta unificação. Entre eles estão o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão-Alimentação,. (ATHIAS, G., set. 2003)

A unificação dos programas sociais de transferência de renda foi denominada Bolsa-Família. O programa transfere de 15 a 95 reais para famílias beneficiadas, com renda inferior a 100 reais, além de prever programas complementares. (ESTADO DE MINAS, 2003)

No item a seguir falaremos sobre a metodologia escolhida para o cálculo do número de pessoas em insegurança alimentar, ou seja, o público alvo do Programa Fome Zero.

### 3.2 METODOLOGIA DE CÁLCULO DO PÚBLICO ALVO PARA O PROGRAMA FOME ZERO

Para estimar a população sujeita a fome foi adotado o método indireto de cálculo de linha da pobreza via renda do Banco Mundial de 1993, obtido através da atualização da linha da pobreza pela PPP (Paridade Poder de Compra) divulgada no Relatório do Desenvolvimento Mundial de 1990: Pobreza. O resultado foi a linha da pobreza de US\$ 1,08 por dia. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.21 )

Segundo o Banco Mundial, esta metodologia não leva em conta a distinção do custo de vida por região além de não incluir o autoconsumo alimentar e doações em geral recebidas pelas famílias pobres. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.21)

O Programa Fome Zero corrigiu esta falha e regionalizou a linha da pobreza de US\$ 1,08 através do método de Ferreira Lanjouw & Néri (2000), com base na Pesquisa sobre Padrões de Vida - PPV do IBGE de 1996, e corrigiu o valor da

linha da pobreza pelo câmbio do dólar diário médio de setembro de 1999 . Os autores calcularam índices de preços relativos por regiões com base nos dados de dispêndios alimentares e não alimentares. Para a regionalização foram adotados dois índices, sendo um deles com base nos preços e quantidades de São Paulo e outro com base dos preços e quantidades de Recife. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.22)

O índice com base no Recife foi adotado como base para regionalização da linha da pobreza. Como Ferreira Lanjouw & Néri (2000) só utilizam em sua pesquisa dados do Sudeste e Nordeste, foi necessário utilizar o índice da região nordeste para região Norte e o índice da região Sudeste para as regiões Centro-Oeste e Sul. Já para as regiões metropolitanas, foi calculada uma média ponderada com base na população de cada região. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.23)

Os valores obtidos estão na tabela a seguir:

TABELA 1 - LINHA DE POBREZA BASEADA NA RENDA MÉDIA FAMILIAR  
PER CAPTA DE US\$ 1,08 DIÁRIOS: BRASIL, 1999.

Base: Nordeste Rural

REGIÕES	LP EM US\$ POR DIA	LP EM R\$ MENSAIS(a)
<b>Norte Metropolitano</b>		
Belém	1,25	72,05
Urbano	1,26	72,57
Rural (b)	1,26	72,57
<b>Nordeste Metropolitano</b>		
Fortaleza	1,16	67,16
Recife	1,16	66,86
Salvador	1,43	82,54
Urbano	1,26	72,57
Rural	1,08	62,29
<b>Sudeste Metropolitano</b>		
Belo Horizonte	1,21	69,74
Rio de Janeiro	1,27	73,16
São Paulo	1,30	74,89
Urbano	1,15	66,55
Rural	1,14	65,91
<b>Sul Metropolitano</b>		
Curitiba	1,28	73,67
Porto Alegre	1,28	73,67
Urbano	1,15	66,55
Rural	1,14	65,91
<b>Centro-Oeste Metropolitano</b>		
Brasília	1,28	73,67
Urbano	1,15	66,55
Rural	1,14	65,91

Fonte: Ferreira, Lanjouw & Néri (2000) e Tabulações Especiais da PNAD, apud  
SILVA, J. G., DEL GROSSI, M., TAKAGI, M, jul. 2001.

(a) Conversão de US\$ 1,08 com base do câmbio médio de setembro de 1999 (R\$ 1,8926/US\$).

(b) Refere-se ao estado de Tocantins.

Sabe-se que as famílias não gastam sua renda somente em bens de consumo alimentares. Então, a partir das linhas da pobreza da tabela 1 e o rendimento familiar per capita corrigido o autoconsumo, descontou-se o valor do aluguel e da prestação de casa própria de famílias, pagos em setembro de 1999, da renda das famílias que pagaram estas despesas. Com esses números, calculou-se o número de famílias e pessoas pobres a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD de 1999.(SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.30 )

O conceito de família utilizado foi o de família extensa empregado no Projeto Rurbano. Por família extensa entende-se como família todas as pessoas que vivem sob o mesmo teto e os agregados, excluindo-se apenas as empregadas domésticas que residem no local e os pensionistas. As famílias foram classificadas em empregadores, conta própria, empregados e não ocupados. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.30)

A partir desta classificação, as famílias ainda foram subdivididas em agrícolas, pluriativas e não-agrícolas de acordo como tipo de atividade realizada por seus membros que a compõem. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.31)

Outro problema corrigido foi o não levantamento da população rural da região Norte, com exceção do Tocantins. Para suprir esta falha foi feita uma estimativa desta população com base na proporção da população rural nos Estados obtida no Censo Demográfico de 2000 da população urbana sem empregadas domésticas e pensionistas. Sobre a população rural estimada, foi aplicada a mesma proporção de pobres da área urbana em cada estado da região Norte, exceto Tocantins.(SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, 2001, p.31)

Já o autoconsumo das famílias agrícolas foi estimado indiretamente pela proporção da produção que não foi vendida, ou seja, pela diferença do valor da produção agropecuária e da renda auferida. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.25)

As PNAD's fornecem duas exposições distintas do autoconsumo das famílias agrícolas: as pessoas que atuam na agricultura para obter o consumo

próprio e a proporção da alimentação consumida da produção agropecuária cultivada: mais e menos de 50% da alimentação total consumida. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.27).

Segundo tabulações realizadas pelo Projeto Rurbano em 1999 apenas 13,5% do total de famílias brasileiras tinham uma das indicações de autoconsumo, variando de acordo com o tipo de família em questão. As famílias de conta-própria agrícolas apresentaram autoconsumo acima de 90%. Com isso, foram feitas correções na renda das famílias que declararam autoconsumo como segue:

Para as famílias de empregadores e de conta-própria agrícolas com afirmação de autoconsumo adotou-se no caso da quantia da alimentação extraída produção agrícola consumida foi até 50% da alimentação total consumida  $[Rt+(Rt* 0,5* 0,25)]$  e no caso em que for maior a 50% adota-se  $[Rt+(Rt*0,5*0,75)]$ . (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.27).

Sendo: (Rt) a renda total familiar, adicionando todas as fontes e 0,5 o coeficiente de Engel, que é uma aproximação da proporção da renda familiar gasta com alimentação, os valores 0,22 e 0,25 e 0,75 são os pontos médios dos intervalos definido pelas PNADs (0 a 50% e mais de 50%) como proporção do autoconsumo na alimentação. Já para as famílias de empregados com pessoas atuantes só na produção de autoconsumo é  $[Rt+(Rt*0,5*na/N)]$ , sendo (na) o número de trabalhadores na família dedicados ao autoconsumo; e (N) o número total de pessoas da família. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.28).

Esta correção possibilita admitir que cada indivíduo dedicado somente ao autoconsumo "economiza" pelo menos uma parcela igual à renda média per capita da família. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.28).

Na média geral, a proporção do autoconsumo representa apenas 1,2% da renda declarada de todas as famílias brasileiras, embora represente uma proporção de 17,2% da renda de todas as famílias de conta-própria agrícolas. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.28)

A admissão do autoconsumo tirou 314 mil famílias e 1.397 milhões de pessoas do conjunto de pobres. Das famílias excluídas pela correção do autoconsumo, 57% (ou 179 mil) residem em áreas rurais do Nordeste. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.32.).

Com relação ao desconto do valor do aluguel ou prestação da casa própria das famílias somou-se ao conjunto de pobres, 761 mil famílias ou 2,710 milhões de pessoas, representando um aumento de 1,8%. (SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.32.).

O público potencial beneficiário é 44,043 milhões de pessoas, pertencentes a 9,324 milhões de famílias. Esta população pobre representa 21,9% das famílias e 27,8% da população total, sendo 19,1% da população residente nas regiões

metropolitanas, 25,5% residentes nas áreas urbanas não metropolitanas e 46,1% da população residente na área rural. Em termos absolutos, representam, respectivamente: 9.003 milhões 20.027 milhões e 15.012 milhões, para cada área de residência.(SILVA; TAKAGI; DEL GROSSI, jul. 2001, p.35).

Ao levantar o público beneficiário do Programa Fome Zero, foi verificado divergência entre algumas fontes. Entre elas podemos citar a do autor BELIK, W. (2003, p.18), onde este sustenta uma linha da pobreza média ponderada de R\$ 71,53 mensais per capita, o que indica 46 milhões de pessoas com renda média mensal de R\$ 39,11 ou 9,9 milhões de famílias com 4,7 integrantes com renda mensal de R\$183,81. Este cálculo foi feito utilizando a PNAD de 1999 e partiu da linha da pobreza adotada pelo Banco Mundial de menos U\$ 1,08 por dia.

### 3.3 COMENTÁRIOS SOBRE OS CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DE ESCOLHA DOS MUNICÍPIOS

Para a formação da lista inicial dos municípios beneficiados pelo Programa Fome Zero, o governo tomou como critério de priorização relatado na Exposição do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (SENADO FEDERAL, 2003, p.11) a escolha de municípios que estão com situação de emergência decretada por causa da seca, municípios localizados no semi-árido, presença de algum tipo de organização da sociedade civil local, como por exemplo, Fórum de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS), baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e contato com o MESA. (SENADO FEDERAL, 2003, p.11).

### 3.3.1 MUNICÍPIOS EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DECRETADA POR CAUSA DA SECA

O Governo Estadual comunica o Governo Federal, quando os seus municípios estão em situação de emergência por causa da seca. Em julho deste ano, 35 cidades do semi-árido, inclusive o município de Acauã, um dos pilotos do Programa Fome Zero, haviam decretado situação de emergência por causa da estiagem. (FREIRE, S., 2003).

A grande maioria das causas de emergências em municípios é a estiagem. A irregularidade das chuvas, que ficam abaixo da média anual, compromete a safra dos municípios e o armazenamento de água nos seus reservatórios dificultando o abastecimento de água potável para o consumo da população rural e urbana.

Com o decreto da situação de emergência, esses municípios ficam habilitados a serem atendidos por programas de ajuda governamental, como o carro-pipa que abastece a população castigada pela estiagem.

No Programa Fome Zero, a prioridade é atender os municípios em situação de emergência em decorrência da seca. Os municípios em que ocorrem chuvas regulares, mesmo com situação de emergência decretada, ficam com ordem de prioridade posterior aos municípios atingidos pela seca.

Este critério tem sido muito discutido pelo fato de que municípios com menor IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, mas com chuvas regulares, ficam com ordem de prioridade abaixo dos municípios com emergência decretada pela seca. (NATALI, J. B., 2003).

Das 20 cidades com pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apenas quatro estavam na lista inicial de municípios beneficiados. De aproximadamente mil que serão atendidas pelo programa, Jordão, no Acre - a segunda cidade mais pobre entre as 5.507 do país - não estava na lista. (O LIBERAL, 2003).

Outra crítica é com relação a municípios com elevados índices de desnutrição infantil, como Nossa Senhora dos Remédios no Estado do Piauí, que é o mais drástico, no que se refere a este índice no Brasil. Nos municípios Nossa

Senhora dos Remédios, São Benedito do Sul (PE) e Afonso Cunha (MA); 29,86%, 28,18%, 29,31%, das crianças com até seis anos de idade, respectivamente, são desnutridas, segundo Ministério da Saúde, com dados de 2000. (ATHIAS, G., fev. 2003).

De acordo com lista fornecida pelo ministério de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA, jul. 2003), até o dia 20 de julho, os municípios de Nossa Senhora dos Remédios, e São Benedito do Sul não tinham implantado em seu território o cartão alimentação.

O Índice de Exclusão Social, com metodologia descrita no capítulo a seguir, calculado para os 5.507 municípios brasileiros, indica os vinte municípios com maior exclusão social; segundo este índice. Destes municípios, somente nove aparecem na relação inicial do Fome Zero. Os municípios restantes estão localizados no Acre, Amazonas, Maranhão e Roraima, Estados que o programa não cobre. (NATALI, 2003).

Nesta priorização dos municípios em emergência decretada por causa da seca, o Programa indiretamente está relacionando o fato de um indivíduo não dispor de uma alimentação de qualidade com as secas.

Segundo reportagem do Jornal Folha de SP, no lançamento do Programa Fome Zero em Guaribas, a população declarou que o difícil acesso à água e a estradas são os principais entraves para o combate a fome. (O Estado de S. Paulo, 2003).

Com essa declaração pode-se verificar que os problemas alimentares nestes municípios são causados pela falta de água que é um entrave a agricultura, além da falta de estradas que dificulta o acesso a cidade. Com isso, percebe-se que possibilitando acesso à água para a população através de investimentos em irrigação seria muito mais eficaz no combate a fome que simplesmente o repasse de R\$ 50,00 do Programa Cartão Alimentação.

Em pleno semi-árido nordestino é possível, com terras irrigadas ter diversos tipos de culturas. Um exemplo disto é a plantação de uvas em Petrolina (PE), onde o clima é semi-árido. (ADAS, M., 1996, p.93).

Além disso, sabe-se que somente a transferência de renda, no que se refere ao Programa Cartão Alimentação (PCA), não é eficaz para o combate de problemas alimentares se não for acompanhada de assistência de saúde básica. (ROCHA, S., 2003, p.174).

Para acabar com a alimentação inadequada proveniente da seca o surgiu como vertente do Programa Fome Zero o Programa Sede Zero, que pretende construir um novo modelo de desenvolvimento para o semi-árido.

Sendo o principal problema a falta de água, a Articulação do Semi-árido (ASA), fórum que reúne mais de 700 entidades e instituições (ONGs, igrejas, sindicatos, associações etc.), junto com o Ministério do Meio Ambiente e com a ANA (Agência Nacional de Águas), desenvolve o P1MC - Programa um Milhão de Cisternas. Entre as ações deste programa, estão a construção um milhão de cisternas com mão-de-obra e material produzido na localidade, para coletar água da chuva suficiente para o consumo familiar; sendo que cerca de 50 mil já foram construídas. Além disso, os beneficiados serão ensinados tratar a água que será consumida. (PEREIRA, M. H. G., 2003).

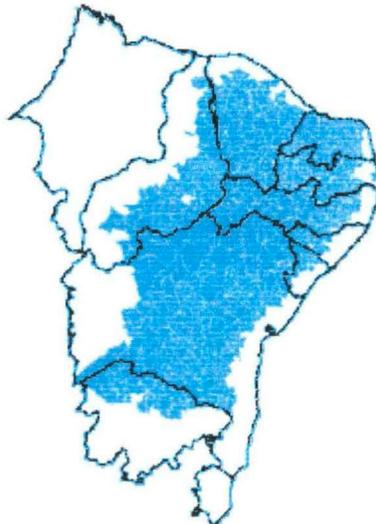
Neste ano, está prevista a construção de 22 mil cisternas na região de expansão do Programa Cartão Alimentação (PCA), firmada através de um protocolo de Intenções entre o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA) e a Articulação do Semi-árido (ASA). Das 22 mil cisternas, dez mil são oriundas do convênio com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e o restante serão construídas com recursos do MESA. Para isso, estão previstas inversões da ordem de R\$ 32,5 milhões. (PEREIRA, M. H. G., 2003).

De todas as regiões do Brasil, a região nordeste é a que apresenta as piores condições de vida em todo o Brasil. É também uma área de todo o país onde ocorrem as secas, devido ao clima semi-árido. A solução para as secas é investir em irrigação.

### 3.3.2 MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NO SEMI-ÁRIDO

O critério, municípios beneficiados por estarem situados em regiões com clima semi-árido, predominante no sertão nordestino, inclui os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e o norte do Estado de Minas Gerais, pertencente à região Sudeste como mostra o mapa a seguir:

MAPA 1 - REGIÃO SEMI-ÁRIDA -BRASIL



FONTE: ADENE

A região semi-árida tem aproximadamente um milhão km<sup>2</sup>, com população de aproximadamente 35 milhões de habitantes. Uma das características desta região em decorrência do clima é a média anual de temperaturas situada entre 24°C e 25°C, sendo que em alguns pontos as temperaturas chegam a estar acima de 32°C. O índice pluviométrico em média é inferior a 1000 mm, com chuvas escassas e irregulares. As secas ocorrem quando não ha chuvas nos meses esperados, podendo se prolongar até mais que três anos. (ADAS, M., 1996, p.82.).

Como os períodos de secas são prolongados, causa, em outros períodos, o aumento das precipitações, contribuindo para a ocorrência de enchentes. Este ciclo gera a degradação do solo na região.(www. biblioclima.gov.br)

O que prejudica a agricultura não é somente a falta de chuvas para irrigar o solo e sim a topografia e tipo de solo da região - embasamento cristalino - que é responsável pela baixa absorção de água, contribuindo para a pobreza da região semi-árida, que ocupa, na maior parte os Estados do Nordeste.

O nordeste possui o maior número de pobres do Brasil, mas em outros Estados também há incidência de pobreza. Os autores SILVA, J. G., DEL GROSSI, M.,TAKAGI, M. (nov. 2001, p. 25) afirmam ao delimitar o público-alvo do Programa Fome Zero, que em 1999 existiam 9.151 famílias pobres no Brasil, sendo que deste total, 4.455 residem na região nordeste, 1.578 nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, 1.006 no Estado de São Paulo, 991 na Região Sul e 663 na região Centro-Oeste.

Segundo esta mesma metodologia em 1999, no Brasil, 21,9% das famílias do país eram pobres, sendo que deste total, sendo 19,1% residiam nas áreas metropolitanas, 25,5% nas áreas urbanas não metropolitanas e 46,1% nas áreas rurais. (SILVA, J. G., DEL GROSSI, M.,TAKAGI, M., nov. 2001, p.30)

A pobreza nas áreas metropolitanas aumentou entre os anos de 1995/99, com crescimento de 5,4% ao ano. Este crescimento pode estar associado ao processo de exclusão de trabalhadores menos qualificados. (SILVA, J. G., DEL GROSSI, M,TAKAGI, M., nov. 2001, p.30)

Ao comparar as pobrezas do Nordeste com as demais pobrezas existentes no Brasil elas apresentam diferentes níveis, sendo que no Nordeste, a pobreza aparece em suas formas mais extremas. (INSTITUTO CIDADANIA, 2000, p.21)

Somente uma pequena parcela da população brasileira tem fome aguda, próxima da fome - fome causada por situações de calamidade – associada principalmente à seca; por isso, o Programa Fome Zero prioriza os municípios desta região. (MESA, mar. 2003)

Como o clima semi-árido não engloba somente municípios da região nordeste, vale comentar sobre o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. O Vale

do Jequitinhonha é composto por 65 municípios em 3 microrregiões, e tem área de 79.000 Km<sup>2</sup>, onde vivem mais de 900.000 habitantes. (NOGUEIRA, M. D., RODRIGUES, R. N., UFMG, 2001)

O Vale do Jequitinhonha foi depredado pela mineração e pelo garimpo comprometendo os recursos hídricos, além de ocorrer o desmatamento da floresta atlântica para formação de pastagens. Cerca de 75% de sua população vive da agricultura e pecuária rudimentar e a maior parte sofre com graves problemas de saúde, saneamento e educação. O solo desta região é árido e é prejudicado constantemente por secas e enchentes. (NOGUEIRA, M. D., RODRIGUES, R. N., UFMG, 2001)

### 3.3.3 MUNICÍPIOS COM BAIXO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH

O IDH é um indicador do nível de atendimento de necessidades humanas básicas em uma determinada sociedade, criado no início da década de 90 para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).(IBGE, s.d.)

A metodologia de cálculo do IDH utilizada neste trabalho foi extraída do Jornal Informe-se do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (NAJBERG, 2000) . O IDH, segundo esta metodologia é formado por três indicadores básicos:

- Longevidade: expectativa de vida ao nascer;
- Educação: medido por uma combinação da alfabetização adulta (ponderação de 2/3) com a taxa de escolaridade combinada do primário, secundário e superior (ponderação de 1/3);
- Nível de vida: medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) real per capita em dólares ajustado pela Paridade Poder de Compra – PPC. (NAJBERG, 2000, p.3 4)

Estes índices tem variação de 0 a 1, e sendo que a fórmula para a transformação de índices parciais é descrita a abaixo: (NAJBERG, 2000, p.4)

$$\text{Índice} = \frac{\text{Valor Observado} - \text{Valor Mínimo}}{\text{Valor Máximo} - \text{Valor Mínimo}}$$

Os valores mínimos e máximos para cada são os seguintes:

- Esperança de vida ao nascer: 25 anos e 85 anos.
- Alfabetização adulta (15 anos e mais): 0% e 100%.
- Taxa de escolaridade bruta combinada: 0% e 100%.
- PIB real per capita (medido em dólares internacionais da Paridade do Poder de Compra - PPC): 100 e 40.000 dólares.

A combinação destes três índices gera o índice síntese, quanto mais próximo de um melhor o Índice de Desenvolvimento Humano. Um IDH abaixo de 0,5 representa baixo desenvolvimento humano; entre 0,5 e 0,8 médio desenvolvimento humano e de 0,8 a 1,0 é alto desenvolvimento humano (NAJBERG, S. OLIVEIRA, A. S. 2000, p.1-4)

Segundo Rocha (2003, p. 24) os indicadores utilizados no cálculo do IDH são médias que encobrem a incidência de situações extremas associadas a desigualdade de bem-estar. O IDH também não permite diferenciar para um dado PIB per capita, qual a ocorrência da pobreza proveniente do resultado da desigualdade de renda. O PIB per capita do Brasil é superior ao da Costa Rica, o que não significa um maior bem-estar do Brasil em relação a Costa Rica tomando como base a renda; sabe-se que há maior incidência de pobreza no Brasil do que na Costa Rica.

Para o Programa Fome zero, foi utilizado o IDH-M, uma adaptação do IDH desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Fundação João Pinheiro e do IPEA, para um estudo pioneiro sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros, realizado em 1996, com o apoio da FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Para ajustar o IDH para o âmbito municipal foram necessárias algumas modificações.(IBGE, s.d)

Os dados utilizados para todos os municípios brasileiros são dos Censos Demográficos do IBGE, então para haver padrão em todos os cálculos de indicadores deve-se utilizar esses dados no IDH. (IBGE, s.d.)

A modificação, com relação a distorções no indicador educação, se deve ao fato de que grande parte das matrículas em ensino superior são de residentes

não permanentes, para isso foi adotado o número médio da população adulta, ou seja, 25 anos. Já com relação ao indicador renda, o mesmo foi substituído pela renda familiar per capita média, já que o anterior não é um bom indicador para residentes já que parte do que é gerado no município também é destinado para remunerar fatores de produção de indivíduos não residentes. (NAJBERG, S., OLIVEIRA, A. S, 2000, p.4 -5)

A metodologia de cálculo do IDH-M envolve a transformação das três dimensões:

- Longevidade: medida pela esperança de vida ao nascer;
- Educação: medida pela combinação da taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais, com peso 2/3, e do número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, com peso 1/3; e
- Renda: medida pela renda familiar per capita média ajustada, expressa em salários mínimos de setembro de 1991. (NAJBERG, S., OLIVEIRA, A. S, p.5)

Os índices variam de 0 a 1 e a combinação deles forma o indicador síntese. Quanto mais próximo de um é o valor do indicador síntese, maior será o nível de desenvolvimento humano do município. (IBGE, s. d.)

Da lista dos municípios beneficiados pelo Fome Zero, devem estar presentes algumas das cidades com IDH mais baixo do país. Os 20 piores municípios do Brasil, de acordo com o índice, são: Manari (PE), Jordão (AC), Guaribas (PI), Traipu (AL), Araisos (MA), Ipixuna (AM), Caraíbas do Piauí (PI), Santana do Maranhão (MA), Lagoa Grande do Maranhão (MA), Centro do Guilherme (MA), Milton Brandão (PI), Governador Newton Belo (MA), Cacimbas (PB), Murici dos Portelas, (PA), Matões do Norte (MA), Belágua (MA), Pauini (AM), Betânia do Piauí (PI), Fernando Falcão (MA) e Tapauã (AM). (O LIBERAL, 2003)

De acordo com o Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome, José Graziano da Silva, até o fim do ano, o cartão-alimentação beneficiará 1.000 municípios, compreendendo 70% dos que têm IDH menor que 0,7; patamar que indica médio desenvolvimento humano. (SENADO FEDERAL, 2003, p. 4)

O principal problema do IDH-M esta na variável renda, medida pela renda per capita familiar. O problema reside na concentração de renda que pode causar discrepâncias no resultado final. Se um número menor de famílias tem uma renda mais elevada no período em questão isto pode refletir em um aumento da renda familiar per capita geral, mesmo que haja um número elevado de famílias com baixa renda.

Já uma baixa expectativa de vida ao nascer pode ser uma grande indicação de problemas alimentares, sendo que no Brasil muitas crianças morrem de desnutrição infantil antes de completar um ano.

Já o indicador escolaridade está mais próximo de ser um indicador de não supressão de necessidades básicas do que um indicador relacionado a problemas alimentares.

### **3.3.4 MUNICÍPIOS COM AÇÃO LIGADA AO COMBATE À FOME**

Quanto ao critério de eleger municípios para serem beneficiados pelo Programa que tenham implementado em sua organização social alguma ação ligada ao combate à fome, como um Fórum de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS), vale primeiramente ver o significado de DLIS.

Segundo o conceito apresentado pela agência de Educação e Desenvolvimento (AED) "O DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – é uma estratégia de indução ao desenvolvimento que prevê a adoção de uma metodologia participativa, pela qual mobilizam-se recursos das comunidades, em parceria com atores da sociedade civil, de governos e empresas, em todos os níveis, para a realização de diagnósticos da situação de cada localidade, a identificação de potencialidades, a escolha de vocações e a confecção de planos Integrados de desenvolvimento". (AED, 2003)

O DLIS foi focado no Brasil a partir de 1995 após a conclusão tirada com a implantação do Comunidade Solidária que levou a reafirmar que políticas assistenciais por si só não resolvem o problema de pobreza e não promovem o desenvolvimento. (ACCARINI, J. H.; COSTA, O. P. G, 2000, p.58)

Atualmente, no Brasil existem projetos que podem ser analisados sobre o ângulo do Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS) como os Pólos de Desenvolvimento Integrado no Nordeste (PDIN), Comunidade Solidária, Comunidade Ativa, Projeto Alvorada, Plano Plurianual – 2000/2005, Programas de Combate a Pobreza Rural (PCPR) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). (ACCARINI, J. H.; COSTA, O. P. G, 2000, p.58)

Em 1995 foi criado o Programa Comunidade Solidária com enfoque assistencialista, exigindo elevada participação do Estado. Ao passar para a Comunidade Ativa teve muitos avanços com a maior participação da sociedade, além de que, os próprios municípios selecionados formulam seu plano de desenvolvimento. (ACCARINI, J. H.; COSTA, O. P. G, 2000, p.61-62)

O critério de seleção dos municípios escolhidos para serem beneficiados pelo Comunidade ativa é o IDH. Após a mobilização da comunidade para delimitar ações, o governo entra com a alocação de recursos necessários. (ACCARINI, J. H.; COSTA, O. P. G, 2000, p.61-62)

Mais tarde o Comunidade Ativa foi deixado em segundo plano com o lançamento do Projeto Alvorada em 2001. Este projeto conta com recursos da União com caráter assistencialista das cestas de ofertas, se afastando a base do DLIS. (ACCARINI, J. H.; COSTA, O. P. G, 2000, p.62-63)

Em 1995 foi criado o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que surgiu principalmente para beneficiar as pessoas sujeitas a dificuldades proporcionadas pelo avanço tecnológico, políticas macroeconômicas e mercado competitivo e globalizado.(ACCARINI, J. H.; COSTA, O. P. G, 2000, p.66 - 67)

Em 1996, foi criado o Programa de Pólos de Desenvolvimento Integrado no Nordeste - PDIN, visando promover o desenvolvimento local em áreas de grande potencial econômico por meio de ações governamentais e privadas, através da participação da comunidade como agente modificador.(ACCARINI, J. H; COSTA, O. P. G , 2000, p.65)

Priorizar cidades onde existe um fórum de DLIS permite dar continuidade a projetos em andamento, além de contar com uma comunidade engajada para o desenvolvimento da sua região ou município.

### **3.3.5 MUNICÍPIOS EM QUE SUAS PREFEITURAS ENTRARAM EM CONTATO COM O MESA**

Outro critério é priorizar as prefeituras que entraram em contato com o MESA. O cadastro das prefeituras é feito no site do Fome Zero. (SENADO FEDERAL, 2003)

Este critério está sendo citado neste trabalho por estar presente no documento utilizado em questão.

### **3.3.6 MUNICÍPIOS COM MENOS DE 50 MIL HABITANTES**

Outro critério de priorização de escolha dos municípios, não relatado na Exposição do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (SENADO FEDERAL, 2003, p.11), está relacionado ao número de habitantes, havendo divergência em fontes distintas. ]

Segundo, PEREIRA, M. H. G.(2003) a preferência era para municípios com menos de 60 mil habitantes. Já no documento " Programa Fome Zero – abril/2003 do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome – MESA a preferência é atender municípios com população inferior a 50 mil habitantes.

Segundo a publicação " Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade a fome" (ROCHA, S., ALBUQUERQUE, R. C., 2003, p.7) dos cem municípios com proporções mais elevadas de pobreza extrema no Brasil, todos possuem populações inferiores a 50 mil habitantes. Para levantar esses número, os autores delimitaram vinte e sete linhas da pobreza para os meios metropolitano, urbano não-metropolitano e rural e calcularam indicadores habituais de insuficiência de renda para os 5.507 municípios brasileiros.

Diante disto, justificam-se ações prioritárias nestes municípios, considerando o conceito de linha da pobreza extrema, ou seja, a população que tiver renda abaixo da linha, que não consegue atender as necessidades nutricionais mínimas.

### **3.4. ESCOLHA DE REGIÕES COM A PRESENÇA DE GRUPOS ESPECÍFICOS**

Em diferentes publicações ocorreram divergências entre os critérios escolhidos para a priorização dos municípios beneficiados. Um exemplo disto é o relatado no documento “ O Fome Zero” do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome. Neste documento, publicado em março deste ano, os critérios são: Municípios do semi-árido nordestino, incluído o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; acampamentos e assentamentos rurais; população que vive dos e nos lixões; áreas de remanescentes de quilombos (quilombolas) em situação de risco nutricional e aldeias indígenas em situação de risco nutricional. (MESA, mar., 2003)

Vale ressaltar que os critérios acima se referem a áreas de atuação e não a municípios especificamente. Muitas destas áreas são escolhidas por causa da presença de grupos específicos em processo de insegurança alimentar.

#### **3.4.1 GRUPOS DE ACAMPADOS QUE AGUARDAM A REFORMA AGRÁRIA**

No critério de escolha para a priorização de pessoas acampadas, o Programa Fome Zero procura atender famílias, com estado de insegurança alimentar, que aguardam o acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária fornecendo cestas básicas. (MESA, abr. 2003)

Neste caso, o governo deve priorizar a reforma agrária e fornecer sementes e adubos, além de disponibilizar técnicos para assessorarem as pessoas

beneficiadas, no cultivo adequado da terra. Além disso, o governo deve incentivar a formação de cooperativas para que os beneficiados produzam não só para se alimentar e sim gerar recursos para economia.

### 3.4.2 COMUNIDADES INDÍGENAS

Já para as comunidades indígenas, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA) assinou um convênio de R\$ 5,5 milhões com o Governo do Mato Grosso do Sul para beneficiar mais de 11 mil famílias indígenas. Este Estado foi o escolhido por ser responsável pelo maior índice de mortalidade infantil e desnutrição em comunidades indígenas segundo a Fundação Nacional de Saúde - Funasa e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE . (PEREIRA, M. H. G., 2003)

Além da distribuição de alimentos, estão previstos o incentivo à agricultura de subsistência, manejo de solo e criação de animais, visando o desenvolvimento auto-sustentável. Essas ações são complementares à distribuição de alimentos, que já é realizada pelo Governo Estadual.(PEREIRA, M. H. G., 2003)

Para solucionar os problemas de insegurança alimentar de indígenas, inicialmente, deveria ser feito um estudo da situação dos indígenas, ou seja, um diagnóstico de sua situação. Isto colaboraria para formular um plano de desenvolvimento para que estes indígenas possam retomar sua autonomia. No caso dos índios Guaranis no Mato Grosso do Sul, por exemplo, o maior problema é residirem em microterritórios onde eles não garantem sua alimentação com a agricultura de subsistência. Com isso, acabam como boias-frias de fazendas que praticam agronegócios. (BARRETO, R., 2003)

Já no caso dos índios da Amazônia o problema não é residirem em microáreas e sim a depredação dos recursos naturais onde vivem. Um exemplo disso foi o que aconteceu com os índios Yanomami em Roraima na década de 80. Os garimpeiros invadiram a área e ocasionaram a contaminação de pessoas, águas e alimentos. (BARRETO, R., 2003)

### 3.4.3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Com relação ao atendimento de comunidades quilombolas foi formulado um projeto pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA) e a Fundação Palmares. Os quilombos são comunidades rurais formadas por população negra com características e práticas culturais próprias. Para serem beneficiadas, foram indicadas 14.962 famílias. (BARRETO, R., 2003)

Entre as ações estão a distribuição de alimentos para 14.962 famílias de 150 comunidades quilombolas registradas no Brasil. A Fundação Palmares está cadastrando as famílias para o recebimento do cartão alimentação. Além disso, foi firmado um convenio com a Fundação Palmares e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA) que possibilitará a implementação de ações estruturantes. ([www.maxdicas.com.br](http://www.maxdicas.com.br))

Inicialmente, será feito um mapeamento da região, para a emissão de laudos para a regularização de posses de terra, e identificação de potencialidades econômicas. A seguir será feito um banco de dados para armazenar informações da comunidade. E por último, serão investidos em equipamentos para implantação de casas de farinha, insumos agrícolas, matérias para pesca artesanal e apicultura, ferramentas para artesanato e implantação de um sistema de irrigação. ([www.maxdicas.com.br](http://www.maxdicas.com.br))

### 3.4.4 POPULAÇÃO RESIDENTE EM LIXÕES

Com relação ao critério de beneficiamento de famílias que vivem nos lixões, elas residem, na sua maior parte, em torno das cidades mais populosas. Neste local, muitas famílias se alimentam dos restos de lixo. Estas famílias estão sendo cadastradas para receberem o cartão alimentação através do Programa de Ação Todos – PRATO para estabelecerem com a Prefeitura um programa de moradias, creches, escola e cursos profissionalizantes. (MESA, mar. 2003)

Além disso, o Programa Fome Zero irá beneficiar os catadores de lixo criando planos de ação que possibilitem a emancipação sócio-econômica das pessoas que vivem do lixo.

No dia 10 de setembro de 2003, foi firmado um Convênio de Cooperação Técnica entre o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e a Fundação Zerbini, que beneficiará as cidades de Belford Roxo (RJ), Natal (RN), Aracaju (SE) e de São Paulo (SP). ([www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br))

No convênio estão previstas ações que possibilitem a inserção dos catadores de lixo na sociedade, através de projetos de geração de emprego e renda com a separação do lixo. Estes projetos serão apoiados pela formação, de um Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo, que será instituído por decreto. ([www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br))

## **4. CRITÉRIOS ALTERNATIVOS PARA A SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS**

### **4.1 INDICADORES**

#### **4.1.1 Índice de Exclusão Social – IES**

O Índice de Exclusão Social (IES) é utilizado para aferir os padrões de exclusão social, entendidos como pobreza. Existem vários cálculos de Índice de Exclusão Social, mas a metodologia descrita neste trabalho foi extraída do Atlas da Exclusão Social no Brasil (POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003).

Para o cálculo do Índice Exclusão Social foram desenvolvidos três indicadores principais:

- Padrão de Vida Digno: permite traçar através de três indicadores o bem-estar material da população de cada cidade brasileira. Os três indicadores são:

A) Porcentagem de chefes de famílias pobres no município, com peso de 17%;

- B) Quantidade de trabalhadores com emprego formal sobre a população com idade ativa, com peso de 17%;
- C) *Proxi* do índice de desigualdade de renda: calculado pela razão entre a quantidade de chefes de família que ganham acima de dez salários mínimos sobre o número de chefes de família que ganham abaixo disso, com peso de 17%. (POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003, p.16 -18)
- Conhecimento: quantifica a participação da população no legado técnico-cultural segundo as recomendação do IPEA e da Fundação João Pinheiro através de dois indicadores.
- A) Anos Médios de Estudo do Chefe de Família, com peso de 11,3% ;
- B) Alfabetização da População Acima de Cinco Anos de Idade, com peso de 5,7%. (POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003, p.17 e 18)
- Risco Juvenil: calcula o risco da população mais jovem envolver-se em ações criminosas, composto por dois indicadores:
- A) participação de jovens de 0 a 19 anos na população, com peso de 17%.
- B) Taxa de homicídios por 100 mil habitantes, com peso de 15%. (POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003, p.17 e 19)

A seguir os autores utilizam a formula de Amartya Sen:

$$X_{i,p} = \frac{X_i - \text{MIN}(X_i)}{\text{MAX}(X_i) - \text{MIN}(X_i)} \quad (\text{POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003, p. 17})$$

Ao calcular o Índice de Exclusão Social é necessário manipular os índices construídos, ponderando-os adequadamente. Para calcular o Índice de Exclusão Social para os 5.507 municípios, segundo o Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é necessário levar em conta que o Índice varia de zero a um, sendo que os valores próximos de zero indicam piores condições de vida e os próximos de um melhores condições de vida. (POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003, p.19)

De acordo com o cálculo de Índice de Exclusão, nos 5.507 municípios brasileiros, 41,6% das cidades brasileiras com piores resultados estão quase

todas localizadas do Norte e Nordeste. O número de municípios com menor Exclusão Social estão presentes nas regiões Centro-Sul. (POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003, p.25 - 26.)

No Brasil existem 2,12% de chefes de famílias analfabetos, sendo que a maioria deles reside em municípios acima do tropico de Capricórnio. Já as 53,5% das cidades brasileiras tem chefes de família com baixa escolaridade e a maioria reside no Nordeste e 6,2% dos municípios brasileiros que apresentam pouca proporção de chefes de família com baixa escolaridade situam-se em cidades do Centro-Sul.

A maioria dos chefes de família que possuem rendimento abaixo da linha da pobreza reside no Norte e Nordeste; sendo que muitos deles se encontram no Norte de Minas Gerais. Já os chefes de famílias que apresentam um elevado grau de desigualdade no que se refere à distribuição de renda, residem em 49% dos municípios brasileiros, e a maioria mora em municípios situados acima do Trópico de Capricórnio. (POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003, p.23 -24 - 25)

Na maioria das 36,1% cidades brasileiras, com baixa participação dos assalariados em ocupações formais no total da população ativa, a maioria esta localizada acima do Trópico de Capricórnio. Já 10,3% dos municípios brasileiros contam com uma estrutura ocupacional com assalariamento formal, localizadas em torno e abaixo do Trópico de Capricórnio. (POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003, p.24.)

O maior número de municípios, com homicídios por cem mil habitantes brasileiros, respondendo por 13,9%, se situam em diferentes regiões. Com relação à participação de cidadãos menores de 19 de idade no total da população dos municípios, 7% das cidades brasileiras tem esse número elevado, sendo que a maioria delas estão no Nordeste e Norte.(POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003, p.23 - 24)

Na região Norte, os Estados brasileiros com municípios com maior índice de Exclusão Social estão situados nos Estados do Acre, Amazonas e Roraima;. Vale ressaltar que os Estados localizados na região norte tem somente 7,6% da população nacional, com áreas de grande densidade demográfica, o que gera um

resultado desolador, que deve ser explanado de forma relativa. (POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003, p.35)

Os municípios do Norte com maior Exclusão Social, abaixo de 0,3, são: Jordão (AC), Guarujá(AM), Itamarati(AM), Alto Alegre(RR) e Ipixuna(AM). Os municípios do Nordeste apresentam alta exclusão, respondendo por 72,1% dos mais excluídos do Brasil, sendo que a maioria está situada nos Estados do Maranhão e Piauí. Os piores municípios, Índice de Exclusão abaixo de 0,3, são: Belagá (MA), Manari (PE), Paulino Neves (MA), Capani (AL) e Guariba (PI). (POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003, p.36)

Os municípios de Goiás e Mato Grosso, situados na região Centro-Oeste, apresentam 10% de municípios com alta exclusão social, sendo a maioria localizada no norte de Goiás, e norte e sul do Mato Grosso. Na região Centro-Oeste os municípios com alta Exclusão Social são: Sítio D'Abadia (GO), Formoso (GO), Monte Alegre de Goiás (GO), Guarani (GO) e Japorão (MT). (POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003, p. 36 - 37)

Os Estados da região Sul e Sudeste são os que apresentam menor Índice de Exclusão Social, sendo que Minas Gerais é o Estado com o maior número de municípios com alta exclusão da região, sendo que dos 10,4% dos municípios atingidos estão localizados no norte de Minas Gerais. Deve-se levar em conta o elevado número populacional destas regiões. Os municípios em piores condições são: São João das Missões, Verdelandia, Setubinha, Bonito de Minas e Fruta de Leite, todos em Minas Gerais. (POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003, p.37-38)

Na região Sul o Estado com maior número de municípios com maior exclusão é o Paraná. Somente 36 municípios da região Sul apresentam elevada exclusão social, respondendo por 1,6% do total nacional. Os cinco piores estão localizados no Paraná, sendo estes: Nova América da Colina, Laranjal, Marquinho, Santa Maria do Oeste e Diamante do Sul. (POCHMANN, M.; AMORIN, R , 2003, p.36)

O Índice de Exclusão Social está mais relacionado ao não atendimento das necessidades de bem-estar do que com problemas alimentares em si; é um bom indicador para se medir a pobreza. Vale ressaltar que municípios que possuem

Índice de Exclusão Social extremamente baixo pode indicar que sua população se alimenta de forma adequada quando admitimos que a má alimentação, esta ligada a falta de renda para adquirir alimentos, o que não quer dizer que isto seja uma regra.

#### 4.1.2 Índice de Condições de Vida - ICV

O ICV foi desenvolvido por um grupo de pesquisadores da Fundação João Pinheiro e do IPEA, para um estudo pioneiro sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros, realizado em 1996, com o apoio da FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Este indicador é uma extensão do Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M), que incorpora duas outras dimensões, sendo que todas as dimensões estão descritas a seguir: (NAJBERG, S., OLIVEIRA, A. S., 2000, p.5)

- Longevidade: medida pela combinação da esperança de vida ao nascer, com peso 1/2, e taxa de mortalidade infantil, com peso 1/2;
- Educação: medida pela combinação da taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais, com peso 1/2, do número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, com peso 1/4, da porcentagem da população com menos de 4 anos de estudo, com peso 1/12, da porcentagem da população com menos de 8 anos de estudo, com peso 1/12, e da porcentagem da população com mais de 11 anos de estudo, com peso 1/12;
- Renda: medida pela combinação da renda familiar per capita média ajustada (RFPC), com peso de 1/2, do grau de desigualdade, com peso de 1/4, e do grau de desigualdade na população com renda insuficiente, com peso de 1/4;
- Infância: medida pela combinação da porcentagem de crianças que não freqüentam a escola, com peso de 1/2, da defasagem escolar média, com peso de 1/8, da porcentagem de crianças com mais de um ano de atraso escolar, com peso de 1/8, e da porcentagem de crianças que trabalham, com peso de 1/4;

- Habitação: medida pela combinação da porcentagem da população que vive em domicílios com densidade superior a duas pessoas por dormitório, com peso de 1/4, da porcentagem da população que vive em domicílios duráveis, com peso de 1/4, da porcentagem da população urbana que vive em domicílios com condições adequadas de abastecimento de água, com peso de 1/4, e da porcentagem da população urbana que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto, com peso de 1/4.

A metodologia de cálculo do ICV envolve a transformação das cinco dimensões em índices que variam entre 0 e 1, e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento humano do município ou região. (IBGE s.d.)

Este indicador é sem dúvida mais completo do que o IDH-M, pois inclui em sua medição as dimensões habitação e infância. No caso da habitação, este indicador se refere às condições básicas existentes nas residências da população, e não mede os gastos com moradia. O indicador infância se refere às condições estudantis, além de contabilizar o trabalho infantil.

Na realidade, o ICV é um indicador mais relacionado com supressão de necessidades básicas do que com segurança alimentar.

#### 4.1.3 Índice de Nível de Vida - INV

A metodologia de cálculo descrita a seguir será a publicada no documento Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome (ROCHA, S., ALBUQUERQUE, R. C.; 2003)

O Índice de Nível de Vida (INV) é composto por três elementos; sendo que ambos mensuram o nível relativo da supressão de necessidades básicas.(ROCHA, S., ALBUQUERQUE, R. C.; 2003, p.21)

O elemento educação é calculado através dos índices, representados pelas variáveis que medem a porcentagem de pessoas alfabetizadas, o percentual com

peças com 4 anos de estudos ou mais e percentual de peças com oito anos de estudos ou mais. (ROCHA, S., ALBUQUERQUE, R. C.; 2003, p.21)

Já o elemento habitação, é calculado a partir dos indicadores percentuais de peças que residentes em domicílios com abastecimento d'água, percentual de peças em domicílios com energia elétrica, e percentual de peças em domicílios com geladeira. (ROCHA, S., ALBUQUERQUE, R. C.; 2003, p.21)

O item informação e lazer é composto somente pelo indicador percentual de peças com televisão em domicílios. (ROCHA, S., ALBUQUERQUE, R. C.; 2003, p.21)

Para calcular O INV, estima-se, para cada indicador (i), com relação a cada município, estado, região ou país apenas para as peças em pobreza extrema (J), a medida da condição de atendimento é definida como:

$$M_{ij} = \frac{\max_j I_{ij} - I_{ij}}{\max_j I_{ij} - \min_j I_{ij}}$$

A seguir, constrói-se uma medida de atendimento para cada componente com relação a cada situação social ( j ); que é a média das mensurações de atendimento de cada indicador. (ROCHA, S., ALBUQUERQUE, R. C.; 2003, p.21)

$$C_{ij} = 1/n \sum_{i=1}^n M_{ij}$$

Para calcular o INV que é expresso por valores entre zero e um, apresentados com três casas decimais utiliza-se a fórmula abaixo. Quanto mais próximo de um, melhor o grau de atendimento relativo do indicador, componente ou do INV, que é medida sintética do grau de atendimento dos três componentes. (ROCHA, S., ALBUQUERQUE, R. C.; 2003,p.21)

$$INV_{ij} = 1/n \sum_{i=1}^n C_{ij}$$

O cálculo deste índice faz parte de um estudo de caso somente para municípios em pobreza extrema no Nordeste, que segundo os autores detém mais da metade da pobreza extrema do Brasil. (ROCHA, S., ALBUQUERQUE, R. C.;p.21)

Para calcular o número de pessoas em pobreza extrema foram estabelecidas 27 linhas de pobreza extrema por região brasileira, para os meios metropolitano, urbano não-metropolitano e rural. Através destas linhas de pobreza diferenciadas foram obtidos indicadores de insuficiência de renda, para os 5.507 municípios brasileiros. (ROCHA, S., ALBUQUERQUE, R. C.;2003, p.5)

Este índice deve ser calculado para todo o Brasil e não somente para o Nordeste com base nas linhas da pobreza por região. Com isso, pretendesse selecionar para serem beneficiados os pobres dentro dos pobres como relatam os autores. (ROCHA, S., ALBUQUERQUE, R. C.; 2003, p.28)

#### 4.2 COMPARAÇÃO DE CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS MUNICÍPIOS

Os índices de condições de vida, e exclusão social apresentados acima, sem dúvida, são índices mais completos que o IDH-M, porque englobam mais dimensões no caso do ICV, e dimensões mais completas no ICV e no índice de exclusão social. Mas como já relatado anteriormente, não são bons indicadores de insegurança alimentar e sim de pobreza.

As dimensões mais pertinentes ao relacionarmos o IDH-M com os outros 3 índices descritos acima são as dimensões renda e longevidade. As mesmas dimensões se encontram no ICV que é uma extensão do IDH-M

O ICV é o índice mais adequado para a seleção de municípios para serem beneficiados pelo Programa Fome Zero, principalmente pelos componentes das dimensões longevidade e renda. Na dimensão longevidade, além da esperança de vida ao nascer, é incorporada a taxa de mortalidade infantil. Na dimensão renda

este indicador mede também a desigualdade e o grau de desigualdade da população com renda insuficiente, o que não acontece no IDH-M.

Já no Índice de Exclusão Social, a dimensão mais relacionada ao Programa Fome Zero, é a padrão de vida digno, porque é mais adequada para medir a pobreza. Esta dimensão incorpora a porcentagem de chefes de família pobres, quantidade de trabalhadores com o emprego formal sobre a população com idade ativa e o *próxi* do índice de desigualdade de renda calculado pela razão entre a quantidade de chefes de família que ganham acima de 10 salários mínimos sobre os que ganham menos de 10 salários mínimos.

Apesar do Índice de Nível de Vida ser calculado para municípios em situação de pobreza extrema, de acordo com linhas da pobreza, e ter indicadores de insuficiência de renda; não deixa de ser um indicador que mede também bem-estar, por levar em conta as dimensões educação, lazer e habitação.

Este índice não inclui as dimensão renda e longevidade, que seriam adequados para a medição de pobreza relacionada à má alimentação. Além disso, este índice só foi calculado para municípios em pobreza extrema do Nordeste, o que dificulta a seleção de municípios por não ser calculado para todo o país.

Já o Índice de Condições de Vida incorpora na sua composição a dimensão longevidade mais completa, que combina a esperança de vida ao nascer, com peso 1/2, e a taxa de mortalidade infantil, o que não acontece no IDH-M, INV, e Índice de Exclusão Social.

Com relação à taxa de mortalidade infantil, inclusa na dimensão longevidade do ICV, o resultado de uma alta taxa, devido ao elevado número de mortes, não é decorrente somente de problemas de má alimentação e sim de doenças causadas pela falta de saneamento básico ou falta de higiene. Com isso, percebe-se que problemas alimentares não são decorrentes somente de má alimentação e sim por falta de condições básicas.

Outro critério que poderia ser utilizado para selecionar municípios no Programa Fome Zero seria o índice de desnutrição infantil por município, descrito no item 2.3, medido através do cálculo da porcentagem de crianças com

retardo no crescimento infantil no município. Adotar este índice como critério para o beneficiamento de municípios seria direcionar a ajuda realmente a crianças com problemas alimentares.

O principal problema na priorização de municípios para serem beneficiados pelo Programa Fome Zero, é sem dúvida, a falta de dados antropométricos recentes no Brasil. Com isso, a saída foi relacionar a baixa renda com a má alimentação.

Em 1974 foi realizada a Enquete Nacional de Despesas Familiares (ENDEF), que possibilitou o levantamento de dados antropométricos da população infantil e o consumo alimentar familiar. Já em 1989, a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição possibilitou a obtenção dados de avaliação antropométrica de crianças, adolescentes e adultos. A última pesquisa sobre a antropometria da população brasileira foi realizada em 1996, levantando a desnutrição infantil. Essa pesquisa fez parte do Programa Nacional de Demografia e Saúde. (PEREIRA, P., 1998)

Com relação a outros critérios de seleção de municípios, como por exemplo, os municípios em situação de emergência decretada por causa da seca e os municípios do semi-árido podem ser mantidos por razão do caráter emergencial, mas com ordem de prioridade abaixo ao resultado dos indicadores que refletem as péssimas situações nos seus resultados com relação a estas áreas.

Já foi comentado que a região Nordeste é a mais pobre do país, e é sem dúvida, a população que mais sofre com problemas alimentares. Neste caso, justifica-se a razão pela qual o governo dá prioridade a cidades do Nordeste, mas é necessária a confirmação de indicadores para beneficiar estes municípios.

As regiões com a presença de grupos específicos, como já dito anteriormente, como as regiões onde residem pessoas que vivem do lixo, quilombos, áreas indígenas, acampamentos de pessoas que esperam a reforma agrária também devem ser atendidos, devido a estados de insegurança alimentar que essas pessoas vivem, e também por serem áreas e não municípios propriamente ditos.

O critério de beneficiar cidades com DLIS, pode ter ordem de prioridade abaixo destes critérios já comentados, por já terem um plano de desenvolvimento traçado, além de não se tratar de um “ forte” indício de ocorrência de fome na população, o que não se pode dizer de ações relacionadas com combate a fome.

O mesmo também acontece com a priorização de municípios com menos de 50 ou 60 mil habitantes, que corresponde a porcentagens dos municípios com essa quantidade de habitantes e não totalidade. Sabe-se que a maioria dos municípios com menos de 50 mil habitantes tem grande porcentagem de pobreza extrema, mas não que dizer que todos os municípios em pobreza extrema tenham necessariamente população com menos de 50 mil habitantes.

Na publicação “ Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome (ROCHA, S. ALBUQUERQUE, R. C.,2003) na cidade de Toritama, com 21,8 mil habitantes, localizada no semi-árido em Pernambuco; apenas 711 pessoas se encontram em situação de pobreza extrema. Este número corresponde a 3,27% da população do município e a menor proporção de pobreza extrema do Nordeste em um município com pouca população.

Já o critério de priorização de municípios que entraram em contato com o MESA serve somente para demonstrar o interesse de determinadas prefeituras pelo beneficiamento da sua população.

Finalizada esta etapa do trabalho, será discutido o critério de escolha para a seleção das famílias beneficiadas pelo Programa Fome Zero.

#### **4.3 CRITÉRIO DE ESCOLHA DAS FAMÍLIAS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS COM OUTROS QUE PODERIAM SER UTILIZADOS**

A partir da adoção da linha de pobreza média ponderada de US\$ 1,08 diários por pessoa, deduzidos os gastos com aluguel ou prestação da casa própria e imputado o auto-consumo , define-se o público-alvo do Programa Fome Zero para o recebimento do cartão alimentação no valor de R\$ 50,00. (SILVA, J. C., DEL GROSSI, M., TAKAGI, M., nov. 2001 p.7)

De acordo com o Decreto Presidencial nº 4675 publicado no Diário Oficial de 17/04, as famílias escolhidas receberão o benefício do cartão alimentação por seis meses, sendo que este período pode ser prorrogado por mais dois períodos. Na primeira fase do Programa, tem direito ao cartão alimentação somente as famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo - R\$ 120,00.(MESA, 30 Jul. 2003)

A relação das famílias cadastradas está sendo analisada pelos Comitês Gestores Locais. Esses comitês são formados por até nove representantes da sociedade civil e do poder público estadual e municipal. Esses Comitês também são responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização das ações do Programa. (MESA, 30 jul. 2003)

Em reportagem “Governo define critérios de projeto” da Folha de S. Paulo (2003, p. A7) no dia 4 de fevereiro, foi informado que o critério para a seleção das famílias a serem atendidas pelo Fome Zero, são inicialmente, as famílias mais populosas, com renda mensal de 90 reais que não sejam beneficiados por nenhum outro programa social do governo.

Já em agosto, foi divulgado na reportagem do Jornal Folha de S. Paulo, “Governo define unificação de programas, ”(ATHIAS, G. ago. 2003, p. A9) que com a unificação dos programas sociais, as famílias priorizadas serão as que tiverem renda de até 50,00 reais.

O valor repassado as famílias também ira mudar podendo estar entre R\$ 50 e R\$ 95, dependendo do número de filhos entre zero e quatorze anos e a presença de gestantes e mulheres em fase de amamentação. (ATHIAS, G. ago. 2003, p.A9)

Já em reportagens do dia 3 de setembro do Jornal Folha de S. Paulo” 105 são excluídos do Fome Zero na Paraíba” , o teto estabelecido era de 120 reais , ou seja, meio salário mínimo.(OLIVEIRA, E. 2003, p. A4)

Depois de 6 dias, o mesmo jornal em reportagem” Programa tem ações estruturais e emergenciais” declara que o programa vai beneficiar famílias com renda per capita inferior a um salário mínimo. (ATHIAS, G. set. 2003. p.A6)

O site do Programa Fome Zero ([www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br)), informa que o Programa Bolsa Família vai beneficiar famílias com renda per capita de no máximo 100 reais e será complementado por projetos que visam possibilitar a autonomia das famílias. Posteriormente, o governo pretende abranger toda a população já beneficiada por programas sociais do governo.

Com a unificação dos programas sociais, o governo criou o cadastro único que inclui o Bolsa-Alimentação, Bolsa-Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Auxílio-Gás, e Fome Zero (cartão-alimentação). ([www.assistenciasocial.gov.br](http://www.assistenciasocial.gov.br))

O objetivo principal da unificação dos programas é atingir a população em situação de pobreza ou indigência, que totaliza 9,3 milhões de famílias com renda mensal de até meio salário mínimo, calculada através de dados da PNAD e Censo de 2000 (IBGE). Os municípios são responsáveis pelo cadastramento único das famílias para todos os programas sociais do governo coordenados pelo Ministério da Assistência Social (MAS) em âmbito nacional. ([www.assistenciasocial.gov.br](http://www.assistenciasocial.gov.br))

Com isso, o governo está estudando a formulação de um novo indicador multidimensional para selecionar as famílias a serem beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, incluindo, além da renda; a escolaridade, condições de saúde, saneamento e acesso à luz elétrica. (DUALIBI, J., 2003)

Como o governo unificou todos os programas sociais a meta é beneficiar o público pobre, não somente com problemas de insegurança alimentar, o que torna o critério de renda para a seleção das famílias mais adequado, do que seria para tratar somente do Programa Fome Zero. Mas para medir a pobreza, somente o critério de renda é insuficiente.

A melhor forma de escolher as famílias para serem beneficiadas pelo Programa Fome Zero no recebimento do cartão alimentação seria, além do critério de renda, a utilização de indicadores antropométricos, no caso de priorizarem a população em insegurança alimentar.

O problema em utilizar índices antropométricos para selecionar as famílias, é a falta de dados recentes no Brasil, sendo que as últimas pesquisas realizadas

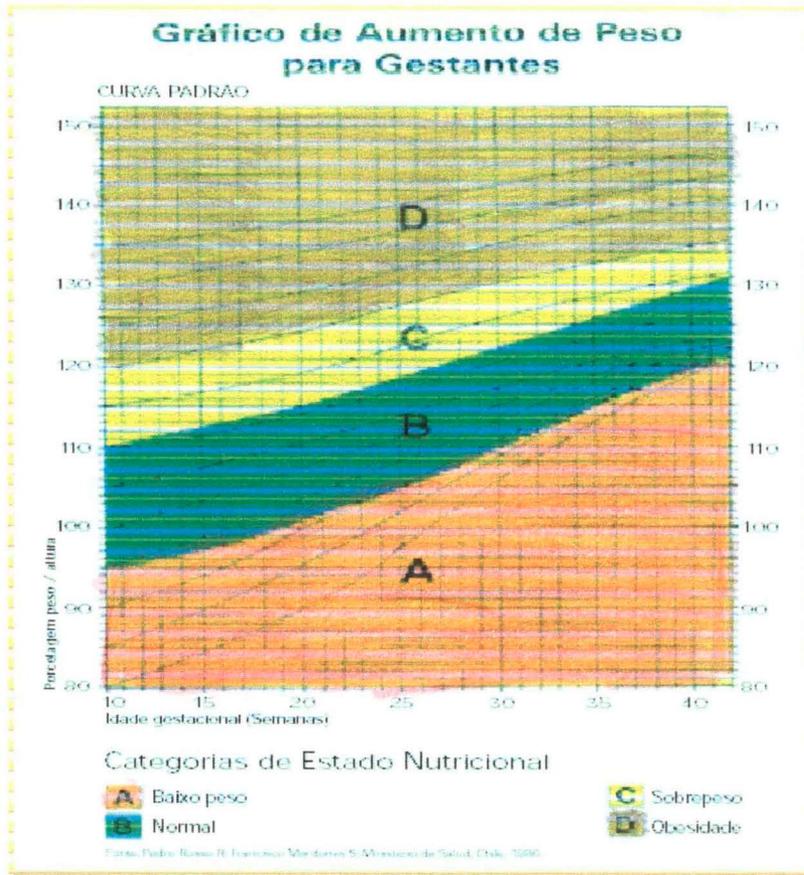
foram a Enquete Nacional de Despesas Familiares - ENDEF em 1974 e a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição de 1989. Em 1996, o Programa Nacional de Demografia e Saúde possibilitou a realização de uma pesquisa que levantou a desnutrição infantil no país.(PEREIRA, P., 1998)

O governo do Estado do Piauí, através da Coordenadoria Estadual de Segurança Alimentar e erradicação da fome, realizou um diagnóstico alimentar e nutricional da população cadastrada no Programa Fome Zero nos municípios pilotos, Guaribas e Acauã. (ALBERTO, N. S. M. C., 2003)

Na primeira etapa, foi avaliado o estado nutricional das famílias selecionadas. Para a população de 0 a 09 anos, utilizou-se indicadores antropométricos de peso e altura de acordo com os padrões da Organização Mundial de Saúde (OMS). Já para pessoas acima de 10 anos foi calculado o IMC, e para as gestantes, a avaliação foi feita através da curva de Rosso. (ALBERTO, N. S. M. C., 2003)

A Curva de Rosso, apresentada na próxima página, avalia o aumento de peso, fundamentado na relação peso/estatura de acordo com a idade gestacional na avaliação do estado nutricional materno. Esta curva possibilita o diagnóstico nutricional e o monitoramento dos ganhos graduais. Recomenda-se que as gestantes atinjam ao fim da sua gestação 120% do padrão peso/estatura, com um ganho de peso que depende da relação peso/estatura pré gestacional.(RIBEIRO, L. C.,DEVINCENZI, M. U., GARCIA, J. N., SIGULEM, D. M., s.d. p. 9)

GRAFICO 1 - CURVA DE ROSSO



FONTE: Rosso, apud RIBEIRO, L. C.,DEVINCENZI, M. U.,  
GARCIA, J. N., SIGULEM, D. M.

Na segunda etapa, foi investigada a ocorrência de anemia nas gestantes e crianças menores de 05 anos, utilizando o hemoglobinômetro da marca Hemocue. E na terceira etapa foi perguntado à população selecionada, os alimentos consumidos durante os 15 dias anteriores à pesquisa. (ALBERTO, N. S. M. C. , 2003)

O problema de realizar uma pesquisa desta magnitude em todo o público alvo do Programa Fome Zero seria o dispêndio de recursos governamentais; diante dos dados existentes que poderiam ser utilizados.

Diante da falta de dados antropométricos recentes e do elevado dispêndio para a realização de uma pesquisa que possibilite a sua obtenção, a utilização de um teto de renda familiar que possibilite a seleção de famílias em pobreza extrema, ou seja, famílias que não dispõem de um mínimo de renda necessário para se alimentar de forma adequada, seria uma alternativa cabível.

Como o governo unificou os programas sociais e está utilizando um cadastro único (ANEXO 1), poderia utilizá-lo no levantamento de alguns dados como a qualificação escolar, qualificação profissional, características familiares que inclui o tempo de moradia, despesas familiares, entre outros. Vale ressaltar que estas informações podem ser utilizadas somente para auxiliar o cálculo de índices relacionados à pobreza e não a insegurança alimentar, sendo que agora o enfoque é atingir a população pobre.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os critérios de escolha formulados para a seleção dos municípios a serem beneficiados pelo Programa Fome Zero, serão comentados separadamente a seguir:

- Municípios em situação de emergência decretada por causa da seca

Adotar este critério significa ligar a insegurança alimentar a ocorrência de secas, já que o objetivo principal do Programa Fome Zero é combater a fome e suas causas mais profundas e isto não é correto. O fato de ocorrer secas não quer dizer que a população não tenha como se alimentar pois esta pode receber doações.

Como visto anteriormente no item 3.3.1, na cidade de Guaribas, o maior problema não era a fome e sim o acesso à água e estradas. (O Estado de S. Paulo, 2003) Mas sabe-se que a ocorrência de secas propicia indiretamente a ocorrência da fome, já que a falta de chuvas torna a agricultura precária, impedido a produção de alimentos.

Apesar disto, este critério deve ser mantido pelo caráter emergencial que possui, principalmente por estar ligado às secas. Vale ressaltar que devem ser feitas reformas estruturais como a construção de cisternas e estradas para que estes municípios terem condições de se desenvolverem.

- Municípios localizados no semi-árido

Este critério tem certa ligação com o primeiro já que o clima semi-árido tem como características o baixo índice pluviométrico e elevadas temperaturas, sendo presente em municípios do Nordeste e Minas Gerais.

Nestas áreas com clima semi-árido ocorrem problemas de seca prejudicando a agricultura e ocasionado problemas alimentares. Este fato pode ser refletido através de indicadores como o ICV já que este clima é um entrave ao desenvolvimento de municípios.

Este critério de escolha deve ter ordem de prioridade abaixo do critério de seleção de indicadores que confirmaram a situação agravante através de baixos resultados.

- Municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

Este indicador deve ser substituído pelo ICV, por ser uma extensão do IDH, por incorporar mais duas dimensões, infância e habitação. Além disso, acrescenta na dimensão longevidade a mortalidade infantil e na dimensão renda mede a desigualdade e a desigualdade na população de renda insuficiente.

No trabalho de ROCHA, S., ALBUQUERQUE, R. C.(2003) sugere-se o cálculo do INV, índice sugerido no trabalho, somente para os municípios com pobreza extrema elevada, extraída através 27 linhas da pobreza calculadas por região.

No caso do Fome Zero, o mesmo poderia ser feito, mas utilizando ICV Ao invés do INV, para selecionar os pobres dentro dos pobres como sugerem os autores.

- Municípios com ação ligada ao combate á fome

Neste trabalho foi dada ênfase a municípios com a presença de um fórum de DLIS. A vantagem de escolher os municípios que já possuem ações de combate à fome presente ou DLIS significa dizer que se existem ações deste tipo é porque há necessidade, ou seja, há indícios de pobreza nestes municípios, o que facilitaria o trabalho do Fome Zero.

- Municípios em que suas prefeituras entraram em contato com MESA

Neste caso, todas as prefeituras do país tem interesse em serem beneficiadas pelo Fome Zero e com certeza entraram em contato com o MESA. No documento de Exposição do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (SENADO FEDERAL, 2003, p.11), do qual foram retirados os critérios de priorização de municípios, esta presente a afirmação do ministro com citação deste critério.

Neste caso, não tem como priorizar os municípios, já que todos desejam serem beneficiados pelo programa

- Municípios com menos de 50 mil habitantes

O fato de um município possuir uma população inferior a 50 mil habitantes não significa dizer que todos com este nível populacional sejam municípios com população sujeita a fome.

O já citado exemplo da na cidade de Toritama situada no semi-árido em Pernambuco, extraído da publicação “ Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome (ROCHA, S. ALBUQUERQUE, R. C., 2003), reflete esta situação. Com 21,8 habitantes; apenas 711 pessoas se encontram em situação de pobreza extrema.

- Escolha de regiões com a presença de grupos específicos

Este critério deve ser mantido devido a não se tratar de municípios e sim grupos específicos, em áreas fixas ou não, como o caso dos acampados, o que dificulta a escolha destes grupos para serem beneficiados pelo Programa Fome Zero via critério ICV.

## COMENTÁRIOS

Corre-se o risco de repetir que a maneira mais eficaz de selecionar os municípios para serem beneficiados pelo Programa Fome Zero seria utilizar dados

antropométricos. O problema de utilizar dados desta natureza reside no fato de que não há pesquisas recentes sobre o assunto.

Com isso, deve-se dar prioridade aos municípios com os piores resultados em diversos indicadores, priorizando aqueles que tem mais dimensões, de alguma forma, relacionadas à fome, como, por exemplo, longevidade, renda per capita, levando em consideração as desigualdades.

A priorização de municípios em situação emergencial deve ser mantida, devido à urgência do atendimento a estes. As áreas prioritárias como aldeias indígenas, quilombos, população que vive do lixo, entre outras, onde a população sofre com graves problemas alimentares, devem ser mantidas por não se tratarem de municípios, o que dificulta o levantamento desta população, via indicadores, como os relatados anteriormente.

No decorrer deste trabalho, percebeu-se a indefinição do governo com relação ao Programa, o que o levou a incorporar o cartão alimentação no cadastro único, o que acentua o fato de ser de difícil mensuração a insegurança alimentar. Agora o foco é a população pobre.

## 6. REFERÊNCIAS

A Região Semi-Árida. **Fórum brasileiro de Mudanças Climáticas** Disponível em: <<http://www.biblioclima.gov.br/port/ciencia/vuln11.htm>>

Acesso em: 01 dez. 2003.

ACCARINI, J. H.; COSTA, O. P. G.. Desenvolvimento Local Integrado no Sustentável (DLIS): Reflexões. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, set. 2000.

v.12, n.2. Disponível em: <

[http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia\\_analise/analise\\_dados/pdf/planejamento/57.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia_analise/analise_dados/pdf/planejamento/57.pdf) > Acesso em: 15 nov. 2003.

ADAS, M. **Geografia Crítica**. São Paulo: Moderna, 1996.

Agora famosa, Guaribas espera água e estradas. **O Estado de São Paulo**, 12 de janeiro de 2003. Disponível em:< [www.estado.estadao.com.br/editorias/2003/01/12/pol020.html](http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2003/01/12/pol020.html)>.

Acesso em: 10 nov. 2003.

ALBERTO, N. S. C. . Diagnóstico Alimentar e Nutricional: Relatório Preliminar.

Governo Do Estado Do Piauí - Coordenadoria **Estadual de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome**.

Disponível em:< <http://www.dedbrasil.org.br/n71.htm>> Acesso em: 10 dez. 2003.

ATHIAS, G. . Fome Zero ignora campeã da desnutrição. **Folha de S. Paulo**, 3 fev. 2003. p. A7.

ATHIAS, G. . Governo define unificação de Programas. **Folha de S. Paulo**, 13 ago. 2003. p. A9.

ATHIAS, G.. Graziano infla Fome Zero com verba alheia. **Folha de S. Paulo**, 10 set. 2003. p. A 6.

ATHIAS, G. .Programa tem ações estruturais emergenciais. Folha de S. Paulo, 10 set. 2003. p. A6.

BARRETO, R.. Quem tem fome de que? **ISA - Instituto Sócio Ambiental**

Disponível em:<

<http://www.socioambiental.org/website/pib/portugues/indenos/fomezero.htm>>

Acesso em: 26 nov. 2003.

BELICK, W.. Como as empresas podem apoiar e participar do combate a fome. Instituto Ethos: São Paulo, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Assessoria Parlamentar. Programa Fome Zero – **Abril/2003**. Principais ações dos primeiros três meses. Distrito federal, abr. 2003. p.7.

Disponível em < [http://200.155.6.3/site/assets/programa\\_fomezero.pdf](http://200.155.6.3/site/assets/programa_fomezero.pdf)> Acesso em: 07 set. 2003.

**Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo**. Disponível em:<

[http://www.assistenciasocial.gov.br/iframe/cadastro\\_unico/cadastro\\_unico.htm](http://www.assistenciasocial.gov.br/iframe/cadastro_unico/cadastro_unico.htm) >

Acesso em: 09 dez. 2003.

Cartão do Fome Zero já beneficia 4 milhões. **Pravda.RU:Brasil**, 11 set.2003

Disponível em: <http://port.pravda.ru/brasil/2003/09/11/2917.html>. Acesso em: 11 dez. 2003.

Central de Atendimento do Programa Fome Zero. **Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à fome - MESA**. Mensagem recebida por:

<[fomezeroplanalto.gov.br](mailto:fomezeroplanalto.gov.br) > em:20 jul. 2003.

Central de Atendimento do Programa Fome Zero. **Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à fome - MESA**. Mensagem recebida por: <fomezeroplanalto.gov.br > em:30 jul. 2003.

DEDECCA; C. S., BARBIERI, C. V.. **Fome Zero e Pilotos para a Política Social**  
Disponível em:  
Acesso em: 20 out. 2003

Definição dos indicadores e metodologia. Centro de Estudos de Avaliação Educacional da UFRJ - CEAE. et al. **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística**.

Disponível em: <[www.race.nuca.ie.ufrj.br/ceae/ibge/indicadoresmetodologia.htm](http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/ceae/ibge/indicadoresmetodologia.htm)>  
Acesso em: 10 nov. 2003

DUALIBI, J. Lula estuda novo índice de pobreza. **Folha de S. Paulo**, 25 nov. 2003

Disponível em: <[http://www.deputadamariajose.com/noticia.php?V\\_Numero=69](http://www.deputadamariajose.com/noticia.php?V_Numero=69)>  
Acesso em: 09 dez. 2003.

Estados onde tem chovido estão fora do Fome Zero. **O Liberal**. Belém, 2 fev. 2003. Disponível em:  
<<http://www.oliberal.com.br/arquivo/noticia/painel/n02022003default.asp>>  
Acesso em: 15 nov. 2003.

FERREIRA, Francisco H. G., LANJOUW, Peter, NERI, Marcelo. **A new poverty profile for Brazil, using PPV, PNAD and Census data**. Rio de Janeiro: PUC. Departamento de Economia: Texto para Discussão, n. 418, mar. 2000.

FREIRE, S. Piauí decreta estado de emergência em 20 cidades. **Folha On-Line**, 30 out. 2003 Disponível em:

<<http://noticias.bol.com.br/politica/2003/10/03/ult96u54062.jhtm>> Acesso em: 15 nov. 2003.

GUIMARÃES, A. C. **Sobrepeso e obesidade: fatores de risco cardiovascular: Aspectos Clínicos e Epidemiológicos.** s.d.

Disponível em: <[http://www.sbh.org.br/revista/2001\\_N3\\_V4/fatores\\_de\\_risco.asp](http://www.sbh.org.br/revista/2001_N3_V4/fatores_de_risco.asp)>  
Acesso em: 10 nov.2003.

Governo define critérios de projeto. **Folha de S. Paulo**, 4 fev. 2003. p. A7.  
**O Programa Fome Zero.**

Disponível em: <[http://www.fomezero.org.br/oprograma\\_01.htm](http://www.fomezero.org.br/oprograma_01.htm) > Acesso em: 01 mar. 2003.

IZIQUE, C. Distribuir alimentos sem levar em conta gasto do organismo com energia pode agravar problemas de saúde. **REVISTA UPDATE**, ago. 2003.

Disponível em: <<http://www.amcham.com.br/revista/revista2003-07-18b/materia2003-07-21c/pagina2003-07-21d>>

Acesso em: 10 nov. 2003.

LEMOS, J. J. S.; NUNES, E. L. L.. **Mapa da Exclusão Social num País Assimétrico: Brasil.** Disponível em:

<[www.fenecon.org.br/Mapa\\_da\\_Exclus%C3%A3o\\_Social.pdf](http://www.fenecon.org.br/Mapa_da_Exclus%C3%A3o_Social.pdf)> Acesso em: 10 out. 2003.

Lula estuda novo índice de pobreza. **Estado de Minas**, 25 de novembro de 2003.

Disponível em: <<http://www.estaminas.com.br/uai/noticias/agora/politica/73789.html>> . Acesso em: 09 dez., 2003.

Mapa da região semi-árido do Nordeste. **ADENE- Agência do Desenvolvimento do Nordeste.** Disponível em: <<http://www.adene.gov.br/semiariado/mapa.html>>

Acesso em: 12 nov. 2003.

NAJBERG, S., OLIVEIRA, A. S.. Políticas Públicas: O Índice De Desenvolvimento Humano (IDH) e Variantes. Secretaria para Assuntos Fiscais. Informe-se. N. 19 . BNDES. Outubro, 2000.

NATALI, J. B.. Piauí terá a maior lista de municípios no Fome Zero. Folha de S. Paulo, 29 jan. 2003. Caderno Brasil, p. A6.

NOGUEIRA, M. D., RODRIGUES, R. N., UFMG. Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha. **Anais do IV SEMPE – Seminário de Metodologia para Projetos de Extensão**, São Carlos, 29-31 ago. 2001. Disponível em: <<http://www.itoi.ufrj.br/sempe/t4-p13.htm>> Acesso em: 01 dez. 2003.

OLIVERIA, E. 105 são excluídos do Fome Zero na Paraíba. Folha de S. Paulo, 3 set. 2003. p.A4.

O Bolsa-Família. Disponível em:< [www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br)> Acesso em: 09 dez. 2003.

O Programa Fome Zero. Disponível em: [www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br). Acesso em: fev. 2003.

O que é DILS? AED- Agência de Educação para o Desenvolvimento. Projeto DILS – Desenvolvimento Integrado Local Sustentável. Disponível em: <[http://www.dlis.org.br/.](http://www.dlis.org.br/)> Acesso em:27 nov. 2003

PEREIRA, M. H. G., 2003. FOME ZERO: Os Primeiros Passos. ADITAL – Agência de Informação Frei Tito para América Latina e ANOTE – Agência de Notícias Esperança. Disponível em:< [http://www.adital.org.br/docs/9025Cartilha%20Fome%20Zero %20para%20internet.doc](http://www.adital.org.br/docs/9025Cartilha%20Fome%20Zero%20para%20internet.doc)

PEREIRA, P.. **Um Conceito de Segurança Alimentar Adequado Ao Trabalho Com Projetos Sociais** . Ceris - Departamento de Estudos e Atuação Social: Rio de Janeiro, maio, 1998.

POCHMANN, M.; AMORIN, R.. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. 2 . ed. São Paulo: Cortez, 2003.

#### **Principais ações do Programa Fome Zero.**

Disponível em: <http://www.maxdicas.com.br/pfz/balanco-pfz.htm>

Acesso em: 26 nov. 2003

**Projeto Fome Zero: uma proposta política de segurança alimentar para o Brasil. Instituto Cidadania.**

Disponível em:< [http://www.presidencia.gov.br/mesa/projeto\\_fome.pdf](http://www.presidencia.gov.br/mesa/projeto_fome.pdf) >

>Acesso em: 25 nov. 2003.

**Programa Fome Zero. Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA** . Brasília, 28 de mar. , 2003.

Disponível em: [http://www.fomezero.gov.br/download/livro\\_projeto%20fome.pdf](http://www.fomezero.gov.br/download/livro_projeto%20fome.pdf)

Acesso em: 10 nov. 2003.

**Programa Fome Zero**, 12 set. 2003. Disponível em: <

[http://www.fomezero.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=1502&sid=](http://www.fomezero.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=1502&sid=4)

4> Acesso em: 23 Nov. 2003

RIBEIRO, L. C.,DEVINCENZI, M. U., GARCIA, J. N., SIGULEM, D. M. **Compacta Nutrição: Nutrição e alimentação na gestação**. Disponível em:

[http://www.pnut.epm.br/Download\\_Files/CompactaNutGest.pdf](http://www.pnut.epm.br/Download_Files/CompactaNutGest.pdf)> Acesso em: 11 dez.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROCHA, S., ALBUQUERQUE, R. C.. In. **FÓRUM NACIONAL: Seminário Especial Fome e Pobreza. Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome.** Rio de Janeiro, set. 2003. **INAE - Instituto Nacional de Altos Estudos: Estudos e pesquisas n. 54.** Disponível em: <http://www.inae.org.br/publi/ep/EP0054.pdf>  
Acesso em: 10 nov. 2003.

ROSSO P. A new chart to monitor weight gain during pregnancy. **Am J Clin Nutr** 1985; 41:644-52.

SENADO FEDERAL. Secretaria-Geral da Mesa: **Exposição do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, em reunião conjunta da CAE, CCJ e CAS. Programa Fome Zero e atribuições do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.** Distrito federal, 2003. Disponível em:  
<[http://www.senado.gov.br/web/comissoes/cas/ap/AP\\_MinSegAlim.pdf](http://www.senado.gov.br/web/comissoes/cas/ap/AP_MinSegAlim.pdf)>  
Acesso em: 7 set. 2003.

SILVA, J. G., DEL GROSSI, M., TAKAGI, M. **Evolução da Pobreza no Brasil, 1995/99.** Campinas, IE/UNICAMP: Texto para discussão, n. 104, nov.2001.  
Disponível em: < [www.eco.unicamp.br](http://www.eco.unicamp.br) > Acesso em: 04 ago. 2003.

SILVA, J. G., DEL GROSSI, M., TAKAGI, M. **Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil.** Campinas, IE/UNICAMP: Texto para discussão, n. 101, jul.2001. Disponível em: < [www.eco.unicamp.br](http://www.eco.unicamp.br) > Acesso em: 04 ago. 2003.

SILVA, J. G., BELICK, W.; TAKAGI, M.. **Para os Críticos do Fome Zero.** s.d.  
Disponível em: < [www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br) > Acesso em: 15 abr. 2003.

VICTORA, C. G.. Morrer de Fome é Raro no País, diz Especialista. **Folha de S. Paulo**, 4 mar. 2003. p.A 6. Entrevista concedida a João Batista Natali

## **APÊNDICE**

## 7. EVOLUÇÃO DO PCA – PROGRAMA CARTÃO -ALIMENTAÇÃO

O Piauí foi o primeiro Estado a receber o Benefício do Programa Cartão Alimentação (PCA), com o lançamento do Projeto Piloto do Programa Fome Zero , nos municípios de Guaribas e Acauã, nos dias 4 e 5 de fevereiro deste ano, sendo posteriormente estendido a outros Estados.

Segundo os dados do Censo Demográfico 2000 do IBGE, Guaribas tinha 4814 pessoas residentes, sendo que deste total, 3521 pessoas encontram-se elegíveis para o Programa Fome Zero. Das 769 famílias de Guaribas, 669 devem ser atendidas pelo programa. (DEDECCA; C. S., BARBIERI, C. V., p.20)

Na tabela abaixo, encontra-se o número de municípios beneficiados pelo Programa Cartão Alimentação - PCA, até julho de 2003. Somente após a chegada do mês de maio, outros municípios, além do Piauí, começam a receber este recursos. Em julho, o Estado do Ceará ultrapassa o Piauí no número de municípios beneficiados. (MESA, 30 jul. 2003)

TABELA 2 - MAPA DE PAGAMENTO MENSAL - MUNICÍPIOS

ESTADO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS BENEFICIADOS POR MÊS –2003					
	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.
Alagoas	0	0	0	0	2	13
Bahia	0	0	0	0	4	33
Ceará	0	0	0	12	12	12
Maranhão	0	0	0	0	0	7
Minas Gerais	0	0	0	0	0	13
Paraíba	0	0	0	15	15	15
Pernambuco	0	0	0	19	19	20
Piauí	2	2	24	24	24	27
Rio Grande Do Norte	0	0	17	17	17	17
Sergipe	0	0	0	0	0	1
TOTAL	2	2	41	87	93	158

FONTE: MESA, 30 jul. 2003

Já o número de famílias beneficiadas pelo Programa Cartão Alimentação (PCA) por Estados se encontra na tabela abaixo. No primeiro mês verifica-se que foram beneficiadas pelo Programa 905 famílias, chegando este número a 128.856 até o fim de julho. (MESA, 30 jul. 2003)

TABELA 3 - MAPA DE PAGAMENTO MENSAL – FAMÍLIAS

ESTADO	NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADOS POR MÊS –2003					
	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.
Alagoas	0	0	0	0	1.523	13.613
Bahia	0	0	0	0	2.593	27.182
Ceará	0	0	0	5.934	10.097	16.242
Maranhão	0	0	0	0	0	10.036
Minas Gerais	0	0	0	0	0	6.152
Paraíba	0	0	0	6.801	9.983	15.387
Pernambuco	0	0	0	8.621	13.242	16.363
Piauí	905	910	8.671	8.492	10.412	11.616
Rio Grande Do Norte	0	0	6.961	7.055	10.409	11.922
Sergipe	0	0	0	0	0	343
<b>TOTAL</b>	<b>905</b>	<b>910</b>	<b>15.632</b>	<b>36.903</b>	<b>58.259</b>	<b>128.856</b>

FONTE: MESA, 30 jul. 2003.

No mês de setembro, deste ano, o Programa Cartão Alimentação (PCA) atendeu 837 municípios, sendo destes 758 mil famílias, totalizando 4 milhões de pessoas. (PRAVDA.RU:BRASIL, 2003)

Em outubro, 1.070.057 famílias foram, totalizando 5.538.813 pessoas beneficiadas pelo cartão-alimentação e 1.227 municípios beneficiados pelo cartão-alimentação. ([www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br))

## **ANEXO**



**Cadastramento Único para Programas Sociais  
do Governo Federal**  
Identificação da Pessoa



**1 - Dados de controle**

01 - Tipo Doc. <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="2"/>	102 - Número de ordem da pessoa <input type="text"/>	103 - Modalidade <input type="text" value="1"/> 1 - Inclusão <input type="text" value="2"/> 2 - Alteração	Código domiciliar <input type="text"/>
---	---	---	---

**2 - Identificação da pessoa**

201 - Nome completo da pessoa sem abreviações. Caso necessário abreviar, vide instruções.

202 - Data de nascimento <input type="text"/>	203 - Sexo <input type="text" value="1"/> 1 - Masculino <input type="text" value="2"/> 2 - Feminino	204 - Nacionalidade <input type="text" value="1"/> 1 - Brasileira <input type="text" value="2"/> 2 - Brasileiro naturalizado <input type="text" value="3"/> 3 - Estrangeira	205 - País de origem (se estrangeiro) <input type="text"/>
--	---	--	---

206 - Data de chegada ao Brasil <input type="text"/>	207 - Cód. IBGE munic.nasc. <input type="text"/>	208 - UF munic. nasc. <input type="text"/>	209 - Nome do município de nascimento <input type="text"/>
---	---	---	---

210 - Nome completo do pai (sem abreviações)

211 - Nome completo da mãe (sem abreviações)

212 - Estado civil <input type="text" value="1"/> 1 - Solteiro(a) <input type="text" value="2"/> 2 - Casado(a) <input type="text" value="3"/> 3 - Divorciado(a) <input type="text" value="4"/> 4 - Separado(a) <input type="text" value="5"/> 5 - Viúvo(a)	213 - Se o(a) esposo(a) ou o(a) companheiro(a) reside no domicílio, informar o nº de ordem correspondente, se não reside, informar 99 <input type="text"/>
---	---

214 - Tipo de deficiência (assinalar com "X") <input type="checkbox"/> Cegueira <input type="checkbox"/> Mudez <input type="checkbox"/> Surdez <input type="checkbox"/> Mental <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> Outro	215 - Raça/Cor <input type="text" value="1"/> 1 - Branca <input type="text" value="2"/> 2 - Negra <input type="text" value="3"/> 3 - Parda <input type="text" value="4"/> 4 - Amarela <input type="text" value="5"/> 5 - Indígena
---	--

**Documentos**

216 - Número de Identificação Social - NIS

217 - Certidão civil tipo <input type="text" value="91"/> 91 - Nascimento <input type="text" value="92"/> 92 - Casamento	218 - Número termo <input type="text"/>	219 - Livro <input type="text"/>	220 - Folha <input type="text"/>	221 - Data de emissão <input type="text"/>	222 - UF <input type="text"/>
--	--	-------------------------------------	-------------------------------------	---	----------------------------------

223 - Nome do cartório (órgão emissor)

Documento de identidade 224 - Número <input type="text"/>	225 - Complemento <input type="text"/>	226 - Data de emissão <input type="text"/>	227 - UF <input type="text"/>	228 - Sigla do órgão emissor <input type="text"/>
---	---	---	----------------------------------	--

Carteira de Trabalho e Previdência Social 229 - Número <input type="text"/>	230 - Série <input type="text"/>	231 - Data de emissão <input type="text"/>	232 - UF <input type="text"/>	233 - CPF <input type="text"/>
---	-------------------------------------	---	----------------------------------	-----------------------------------

Título de eleitor 234 - Número <input type="text"/>	235 - Zona <input type="text"/>	236 - Seção <input type="text"/>
---	------------------------------------	-------------------------------------

### Qualificação escolar

- 237 - Frequenta escola
- 1 - Pública municipal
  - 2 - Pública estadual
  - 3 - Pública federal
  - 4 - Particular
  - 5 - Outra
  - 6 - Não frequenta

- 238 - Grau de instrução
- 1 - Analfabeto
  - 2 - Até 4ª série incompleta do ensino fundamental
  - 3 - Com 4ª série completa do ensino fundamental
  - 4 - De 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental
  - 5 - Ensino fundamental completo
  - 6 - Ensino médio incompleto

- 7 - Ensino médio completo
- 8 - Superior incompleto
- 9 - Superior completo
- 10 - Especialização
- 11 - Mestrado
- 12 - Doutorado

- 239 - Série escolar
- 1 - Maternal I
  - 2 - Maternal II
  - 3 - Maternal III
  - 4 - Jardim I
  - 5 - Jardim II
  - 6 - Jardim III
  - 7 - CA (alfabetização)
  - 8 - 1ª série do ensino fundamental
  - 9 - 2ª série do ensino fundamental
  - 10 - 3ª série do ensino fundamental

- 11 - 4ª série do ensino fundamental
- 12 - 5ª série do ensino fundamental
- 13 - 6ª série do ensino fundamental
- 14 - 7ª série do ensino fundamental
- 15 - 8ª série do ensino fundamental

- 16 - 1ª série do ensino médio
- 17 - 2ª série do ensino médio
- 18 - 3ª série do ensino médio

240 - Nome da Escola

241 - Código censo INEP

### Qualificação profissional

242 - Situação no mercado de trabalho

- 1 - Empregador
- 2 - Assalariado com carteira de trabalho
- 3 - Assalariado sem carteira de trabalho
- 4 - Autônomo com previdência social
- 5 - Autônomo sem previdência social
- 6 - Aposentado/Pensionista
- 7 - Trabalhador rural
- 8 - Empregador rural
- 9 - Não trabalha
- 10 - Outra

243 - Nome da empresa em que trabalha, se desempregado, último emprego

244 - CNPJ/CEI da empresa

245 - Data de admissão

246 - Ocupação

247 - Remuneração deste emprego

248 - Renda de aposentadoria/pensão

R\$

249 - Renda de Seguro-Desemprego

R\$

250 - Renda de pensão alimentícia

R\$

251 - Outras rendas

R\$

### Características da família

252 - Tempo de moradia

(Ano(s))   (Mês(es))

### Despesas mensais da família (preencher somente para a mãe/responsável legal da família)

253 - Aluguel

R\$

254 - Prestação habitacional

R\$

255 - Alimentação

R\$

256 - Água

R\$

257 - Luz

R\$

258 - Transporte

R\$

259 - Medicamentos

R\$

260 - Gás

R\$

261 - Outras despesas

R\$

262 - Número de pessoas que vivem da renda desta família

### Relação familiar

263 - Nº de ordem da mãe/responsável legal da família.

264 - Parentesco em relação a mãe/responsável legal da família, se o próprio, informar 01

265 - Se reside com o pai informar o número de ordem do pai, se não, informar 99.

### Parentescos

- 01 - Mãe/responsável legal
- 02 - Esposo(a)
- 03 - Companheiro(a)
- 04 - Filho(a)
- 05 - Pai
- 06 - Avô/Avó
- 07 - Irmão/Irma
- 08 - Cunhado(a)
- 09 - Genro/Nora
- 10 - Sobrinho(a)
- 11 - Primo(a)
- 12 - Sogro(a)
- 13 - Neto(a)
- 14 - Tio(a)
- 15 - Adotivo(a)
- 16 - Padrasto/Madrasta
- 17 - Enteado(a)
- 18 - Bisneto(a)
- 19 - Sem parentesco
- 20 - Outro

266 - Se reside com a mãe informar o número de ordem da mãe, se não, informar 99.

267 - Se criança de 0 a 6 anos, com quem fica?

- 1 - Pai/Mãe
- 2 - Irmão/Irmã
- 3 - Avô/Avó
- 4 - Sozinho
- 5 - Creche
- 6 - Outro

268 - Se grávida, informar mês de gestação

269 - Amamentando

- 1 - Sim
- 2 - Não

270 - Participa de algum programa do Governo Federal ou recebe algum benefício social? (assinalar com "X")

- Bolsa Criança Cidadã - PETI
- Agente Jovem
- Bolsa Escola
- Bolsa Alimentação
- Nenhum
- Data de inclusão \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_
- Data de inclusão \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_
- Tipo de benefício  1 - Rural  LOAS/BPC  Previdência Rural  PRONAF  PROGER
- Valor do benefício - R\$ \_\_\_\_\_
- Outro \_\_\_\_\_
- Data de início de participação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

271 - Beneficiário prioritário para o Programa Bolsa Alimentação  1 - Sim  2 - Não